

Instituto Politécnico de Lisboa



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**O Comentário no Feminino nos Espaços Informativos da Televisão
Pública: o caso do Telejornal da RTP1 e do Jornal 2 da RTP2**

Victoria Sajin

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Jornalismo

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Coordenadora Filipa Subtil, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto
Politécnico de Lisboa

Lisboa, 2024

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o presente trabalho é da minha autoria, sendo uma das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. É um trabalho original que nunca foi submetido, no seu todo ou em parte, a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Certifico ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Acrescento ter consciência de que o plágio pode levar à anulação do trabalho apresentado.

Lisboa, 14 de outubro de 2024

A candidata,

Victoria Sajin

RESUMO

O objetivo desta dissertação é traçar o perfil sociográfico das mulheres que, entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2024, fizeram comentário nos espaços informativos da RTP (Telejornal e Jornal 2). É uma investigação que se insere no âmbito dos estudos de comunicação política. As investigações até agora desenvolvidas no contexto da academia portuguesa centraram-se sobretudo em análises de pendor diacrónico, procurando perceber as transformações dos espaços de comentário nas últimas décadas, bem como o perfil sociográfico dos comentadores nos mais variados formatos dos *media* (Figueiras, 2005; 2008; 2011; 2019).

Sobre a presença das mulheres nos espaços de comentário, os estudos são ainda escassos ou praticamente inexistentes, lacuna que esta dissertação procura de algum modo colmatar. A estratégia metodológica adotada é de pendor fundamentalmente qualitativo, recorrendo a técnicas documentais de recolha de informação: pesquisa, leitura e análise crítica da literatura académica desenvolvida neste domínio e pesquisa e análise de documentação nos respetivos canais, fundamental para a construção da grelha de análise que permitiu traçar o perfil sociográficos dos(as) comentadores(as), bem como o papel que ocupam nos espaços informativos em análise.

Os resultados obtidos nesta investigação mostram que os protagonistas dos espaços de comentário do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2), ao contrário do que se poderia esperar de um canal público, são maioritariamente homens.

Palavras-chave: géneros jornalísticos; comentário; comentadoras; estudos feministas no jornalismo; RTP

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to outline the sociographic profile of women who, between february 1 and april 30, 2024, commented in the informational spaces of RTP (Telejornal and Jornal 2). This research falls within the scope of political communication studies. Previous research conducted within portuguese academia has mainly focused on diachronic analyses, attempting to understand the transformations in commentary spaces over the past decades, as well as the sociographic profile of commentators in different media formats (Figueiras, 2005; 2008; 2011; 2019).

About the presence of women in commentary spaces, studies are still limited or almost non-existent, a gap that this dissertation will attempt to partially fill. The methodological approach adopted is fundamentally qualitative, relying on documentary techniques for data collection: research, reading, and critical analysis of academic literature in this field, as well as the research and analysis of documentation from the respective channels. This was essential for constructing the analytical framework, which allowed for outlining the sociographic profile of the commentators, as well as understanding the role they play in the informational spaces under study.

The results of this research reveal that, contrary to what might be expected from a public channel, the main figures in the commentary sections of Telejornal (RTP1) and Jornal 2 (RTP2) are predominantly male.

Keywords: journalistic genres; commentary; female commentators; feminist studies in journalism; RTP

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer à minha mãe que tem atendido infinitas chamadas e ouvido sempre cada queixa e cada desabafo que me vêm da alma, por estar sozinha e longe de casa. Que me aconselha e que me conta histórias só para eu pensar em coisas boas.

Ao meu pai que, apesar de não falarmos todos os dias, é aquele cujas palavras têm um peso muito superior às de qualquer outra pessoa e que me dá muita força para nunca desistir de nada daquilo em que acredito, sempre com a sua ajuda e o seu apoio.

Ao meu irmão e à minha cunhada que me aturam a mim e aos meus momentos mais complicados, que fazem parte das minhas gargalhadas, que me enxugam as lágrimas e que me incentivam a nunca desistir de nada, dizendo-me sempre “Tu consegues!”.

Aos meus amigos que têm feito parte desta caminhada que é a vida e que nunca se afastaram. Que me encorajam todos os dias a ser uma versão melhor de mim mesma e a não desistir das coisas nas quais acredito de coração. Obrigada a cada um de vocês que sabe que fez parte deste longo e duro processo.

À minha orientadora, Professora Filipa Subtil, que tem tido muita paciência comigo. Obrigada pela exigência e por não ter desistido de mim. Por ver e rever os meus textos. Por me dar na cabeça mil vezes só para chegar ao melhor que consigo. Muito obrigada.

À Virgínia Nascimento, que é a senhora mais simpática que conheço e que, cada vez que vou requisitar livros à ESCS diz-me as mesmas palavras: “Boas leituras e espero que faça o melhor trabalho que conseguir!”, que tanto valor têm.

E, finalmente, obrigada a todos aqueles que, em certo momento deste processo, foram importantes, que me deram muita força e que me encorajaram a seguir em frente. A não desistir as vezes sem conta que pensei fazê-lo. E a fazerem-me acreditar que consigo ser mais forte do que aquilo que penso e que vou conseguir chegar onde quero.

A todos aqueles que me amam e que me apoiaram em todas as aventuras.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
CAPÍTULO I – AS LUTAS DAS MULHERES PELOS SEUS DIREITOS.....	11
1.1 A metáfora das ondas do feminismo e as suas limitações.....	12
1.1.1 A primeira onda: sufrágio universal e participação política alargada.....	13
1.1.2 A segunda onda: direito ao divórcio, corpo e sexualidade.....	18
1.1.3 A terceira onda: questões de interseccionalidade e igualdade étnica.....	21
CAPÍTULO II - A FEMINIZAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS <i>MEDIA</i>.....	24
2.1 A chegada das mulheres ao mundo do trabalho.....	25
2.2 O processo de feminização do jornalismo: o caso português.....	28
CAPÍTULO III – O COMENTÁRIO E OS SEUS PROTAGONISTAS NOS ESPAÇOS INFORMATIVOS DA TELEVISÃO PORTUGUESA.....	32
3.1 O comentário enquanto género jornalístico: origem, definição e características.....	33
3.2 O comentário televisivo nos espaços informativos dos <i>media</i> portugueses.....	35
3.3 Crescente investimento na figura do comentador na televisão portuguesa.....	40
3.4 O comentário televisivo no feminino.....	42
CAPÍTULO IV – CAMPO DE OBSERVAÇÃO, METODOLOGIA E TRATAMENTO DOS DADOS... 	49
4.1 Estratégia metodológica e campo de observação.....	50
4.2 Os comentadores nos principais espaços informativos da televisão pública: Telejornal (RTP1) e no Jornal 2 (RTP2).....	50
4.2.1 Perfil sociográfico dos comentadores/as do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2).....	51
4.2.2 Análise da dimensão do comentário: o espaço que os protagonistas ocupam....	56

4.2.3 Perfil sociográfico das mulheres comentadoras nos canais públicos.....	58
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, tem-se observado um aumento significativo da presença feminina nos *media*, especificamente na área do jornalismo que, historicamente, tem sido dominado por homens. Em Portugal, este fenómeno tem sido profundamente estudado desde os finais da década de 1990 (Garcia, 2009; Silveirinha, 1997; Subtil, 2000; Rebelo, 2011; Ventura, 2012; Subtil & Silveirinha, 2017; Miranda, 2017). O mesmo não se pode afirmar relativamente à participação das mulheres nos principais espaços de comentário na imprensa e também na rádio e televisão. Embora a sua presença tenha aumentado, “o certo é que esta mantém-se sempre muito distante da presença masculina” (Figueiras, 2005, p.72). Esta situação tem feito com que o interesse académico sobre este tópico seja bastante escasso, sendo os estudos praticamente inexistentes. Como tal, é exatamente essa lacuna que a presente dissertação pretende, de certa forma, preencher.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar a presença/ausência das mulheres enquanto comentadoras nos principais espaços informativos da RTP1 e RTP2. A principal questão de partida que orienta a pesquisa é: “Quem são as protagonistas do comentário nos principais espaços informativos da RTP1 e RTP2?”. A estratégia metodológica adotada é fundamentalmente de pendor qualitativo, combinando técnicas de recolha de informação documental como: pesquisa, leitura e análise crítica da literatura científica no âmbito dos estudos feministas do jornalismo, comunicação política, géneros jornalísticos, bem como recolha de informação diretamente relacionada com os protagonistas do comentário nos canais em análise. O campo de observação escolhido foram o Telejornal da RTP1 e o Jornal2 da RTP2 entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2024.

De modo a darmos resposta à principal questão de partida é necessário fazer uma contextualização do percurso que as mulheres têm vindo a fazer ao longo do tempo. Para tal, vamos começar por mostrar as conquistas que têm vindo a alcançar ao longo dos anos, bem como as estratégias adotadas para conquistar algum espaço nos *media*. Em seguida e, através de uma recolha de dados dos espaços de opinião do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2), percebermos qual é o espaço que as comentadoras femininas ocupam face aos

perfis masculinos, quantas são, quem são, qual a sua área de formação, que tipo de atividades profissionais ocupam e que tipo de temas costumam comentar. No fundo, tudo isto para conseguirmos traçar o perfil das comentadoras que são convidadas para os espaços de opinião destes dois canais públicos.

Optou-se pelo Telejornal da RTP1 e pelo Jornal 2 da RTP2, por serem independentes dos poderes político e económico, podem ser comparados entre si. Esta independência confere-lhes uma maior responsabilidade perante os telespectadores. A principal preocupação destes dois canais não é a competição por audiências, mas sim a aposta na qualidade do conteúdo e em investigações mais aprofundadas e detalhadas. Além disso, ambos procuram oferecer programas que ajudam a enriquecer a sociedade, a economia e o desenvolvimento intelectual. Neste contexto, é esperado que estes canais também se empenham na promoção da igualdade de género nos *media*, dado o peso da sua responsabilidade social.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo, através da metáfora das “ondas”, fazer a contextualização das principais reivindicações das mulheres: obter o direito de voto universal; alcançar a liberdade pelo seu próprio corpo e pelas suas relações interpessoais, alcançar os mesmos níveis de instrução que os homens; conseguir ocupar os mesmos cargos que estes, entre outros. O certo é que a sua posição foi-se moldando à medida que as lutas feministas, em vários cantos do mundo, se intensificavam em busca de direitos e melhores condições de vida.

O segundo capítulo centra-se no processo de feminização das profissões nos meios de comunicação, mostrando a crescente entrada de mulheres nas redações dos principais órgãos de comunicação em Portugal. Mostra-se como a progressiva aposta na educação das mulheres, depois do 25 de Abril de 1974, começou a ter frutos na sua chegada em massa na década de 80 ao ensino superior. Esta conquista do direito à educação resultou no aumento significativo do número de licenciadas, o que foi determinante para a sua progressiva inserção no mercado de trabalho em profissões que, até então, eram predominantemente masculinas. A mudança não se limitou apenas ao acesso ao mercado de trabalho, mas também incluiu a qualificação das mulheres para cargos mais

especializados e de maior responsabilidade. O jornalismo, enquanto profissão que exige conhecimentos técnicos e culturais mais específicos, não foi exceção a este processo de feminização, revelando-se, desta forma, um dos campos em que o protagonismo feminino se tornou cada vez mais evidente nas últimas décadas e que acompanha outras profissões intelectuais como o direito, a arquitetura, a medicina, a engenharia, etc.

No terceiro capítulo discutimos as especificidades do comentário enquanto género jornalístico, explorando o seu papel e a sua evolução, particularmente em relação à sua crescente presença nos espaços informativos das principais televisões generalistas, mas também nos canais por cabo em Portugal. Porém, é importante ter em conta que esta ascensão do comentário não se limita apenas às televisões, expandindo-se também para outros meios, como é o caso da imprensa escrita, da rádio e dos espaços digitais. Terminamos este capítulo com uma análise focada na questão de género, onde fica explícito que, embora o comentário feito por mulheres tenha aumentado nas últimas décadas, ele ainda é significativamente inferior em número quando comparado ao comentário feito por homens. Esta disparidade mostra não só a persistente desigualdade de género nos espaços informativos, mas também as barreiras que, apesar de terem vindo a diminuir, ainda são existentes para a inclusão feminina no que diz respeito a este domínio.

No quarto e último capítulo, depois da apresentação da estratégia metodológica adotada para a análise, procedemos à investigação e interpretação da informação recolhida e organizada num ficheiro de Excel, que serviu como base para o nosso estudo. Traçámos o perfil sociográfico dos protagonistas dos espaços de opinião do Telejornal da RTP1 e do Jornal 2 da RTP2. Neste processo, focamo-nos particularmente na análise da presença de mulheres nestes espaços de comentário, assim como nos seus perfis individuais e nas suas características sociográficas. A estrutura do ficheiro de Excel foi organizada em duas dimensões: a dimensão sociográfica dos/as comentadores/as dos espaços de opinião do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2) e a dimensão do comentário dos protagonistas do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2). Estas dimensões permitiram-nos uma análise aprofundada que destacou as semelhanças e as diferenças entre os comentadores de ambos os canais, sempre com especial enfoque nas mulheres e nos seus perfis. Por fim, o capítulo

é encerrado com uma apresentação detalhada e individual do perfil de cada uma das comentadoras que fazem parte do painel de comentadores, seja de forma permanente ou esporádica. Esta análise vai permitir-nos uma visão abrangente do papel das mulheres nos espaços de comentários destes dois canais públicos, permitindo, do mesmo modo, uma análise crítica da sua representação e influência no cenário mediático atual.

CAPÍTULO I – AS LUTAS DAS MULHERES PELOS SEUS DIREITOS

1.1 A metáfora das ondas feministas e as suas limitações

A história da luta organizada e sistemática pela igualdade de direitos entre homens e mulheres tem mais de um século. Tem sido um caminho atribulado marcado por momentos de grande mobilização de mulheres e homens apoiantes desta causa. Nas últimas décadas, estes momentos têm sido designados por “vagas” ou “ondas” do feminismo. A metáfora das “ondas” ou “vagas” foi utilizada pela primeira vez pela jornalista Marta Weinman Lear, num artigo publicado em 1969 no *The New York Times*, intitulado “The Second Feminist Wave”. O intuito deste texto era mostrar que o movimento de libertação das mulheres era visto como um novo capítulo de luta conjunta pelos seus direitos. Lear propunha algumas respostas à questão “O que é que as mulheres querem?”. Este era um texto que representava a luta de “milhares de mulheres pelo direito de votar, no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de onda” (Ilze Zirbel, 2021, p.10).

Várias críticas têm sido feitas a esta metáfora. Ela não inclui as reivindicações de mulheres e homens que tiveram um papel importante para a história do movimento de luta pela igualdade, como a escritora feminista Christine de Pizan e a filósofa Mary Wollstonecraft, autora de *A Vindication of the Rights of Woman* (1792). Sharon Crozie-De Rosa, em “As quatro ondas do feminismo, e o que pode vir a seguir” (2024), publicado no *The Conversation*, deixa algumas questões por responder: “será que a metáfora de uma única onda ofusca a complexa variedade de preocupações e demandas feministas?”; e “essa linguagem exclui os não ocidentais, para os quais a história das “ondas” não tem sentido?”. Apesar destas interrogações, a autora refere que várias feministas continuam a utilizar a metáfora das “ondas” como forma de explicar a sua posição em relação às gerações passadas.

É verdade que a narrativa das primeiras vagas privilegiava as reivindicações e lutas levadas a cabo por feministas brancas da classe média dos EUA e ativistas brancas inglesas e francesas. Assim sendo, verifica-se a exclusão das mulheres da classe operária e as mulheres negras, que tiveram um papel muito importante nestas lutas. Esta metáfora não deve ser vista como um movimento contínuo no tempo, que representa o conjunto de ações de

“milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões do mundo” (Zirbel, 2021, p.11).

Tendo presente as limitações da metáfora das ondas e das polémicas em seu redor, iremos utilizá-la como uma ferramenta que oferece um contexto social e cultural vivido que ajuda a apresentar em traços largos as reivindicações e as lutas das mulheres, fundamentalmente na Europa e nos EUA, ao longo do último século.

1.1.1 A primeira onda: luta pelo direito ao voto e participação política

O final do século XIX e início do século XX corresponde ao que se tem vindo a designar como primeira onda do feminismo. Este período histórico ficou marcado por um conjunto de manifestações e ações que reclamavam a luta por direitos políticos, como o sufrágio universal (direito de voto) para as mulheres.

O movimento feminista organizado só existe a partir do século XIX. No entanto, é fulcral ter em conta que as reivindicações das mulheres tiveram início antes de se começar a mencionar a questão da metáfora das “ondas”. Em séculos anteriores já era possível enumerar vozes femininas (e também masculinas) isoladas que, através dos seus escritos, mostravam a sua indignação relativamente à condição da mulher.

Na Europa, o nome de duas mulheres tem vindo a ser destacado pelo seu pioneirismo na reflexão e na ação política em prol desta causa: Olympe de Gouges, ativista política e feminista francesa e Mary Wollstonecraft, filósofa britânica e defensora dos direitos das mulheres. Olympe de Gouges ficou conhecida pelo documento que redigiu, “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, publicado em setembro de 1791. Este texto, que exigia a igualdade jurídica e legal entre mulheres e homens, foi proposto à Assembleia Nacional de França, com o objetivo de se opor à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, dirigida apenas aos homens. De Gouges denunciava que a Revolução Francesa tinha excluído as mulheres do seu projeto de liberdade e de igualdade. A sua proposta foi rejeitada e ignorada política e academicamente. Já Mary Wollstonecraft é considerada como

“mãe do feminismo”. Na sua obra mais célebre, *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), denuncia “os prejuízos trazidos pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens, submetidas a pais, maridos ou irmãos” (Moraes, 2016, p.8). Wollstonecraft defende que a mulher não deve ter uma educação que varie consoante o seu estatuto social e, do mesmo modo, não deve ser apenas uma boa companheira para o seu marido. Deve também, ter os mesmos direitos fundamentais que os homens, através de um sistema educativo nacional, universal e misto.

O caminho da reflexão e ativismo iniciado na Inglaterra por Wollstonecraft teve repercussões nos EUA em figuras como Frances Wright, feminista escocesa que, seguindo os ideais de Wollstonecraft, trabalhou na promoção da educação da mulher através de um conjunto de palestras que realizou em vários estados norte-americanos. O contributo da feminista Margaret Fuller destacou-se, já que seguiu as ideias de Wollstonecraft e publicou uma “obra de referência para as feministas norte-americanas de gerações posteriores” (Abreu, 2002, p. 451), intitulada *Woman in the Nineteenth Century* (1845). Neste livro, Fuller mostra o seu descontentamento com a democracia norte-americana e apela às mulheres para que lutem pela defesa dos seus direitos, pela sua autonomia e liberdade.

Os movimentos anarquistas e socialistas, bem como as organizações sindicais que surgiram na Grã-Bretanha, durante o século XIX, fizeram com que as mulheres britânicas recuperassem a “experiência de mobilização, organização e ativismo público legada pelas suas precursoras seiscentistas – as *levellers* -, cuja militância política em defesa das suas crenças, ideais e liberdades no período revolucionário de meados do século XVII foi notável” (Abreu, 2002, p.453). Já nos Estados Unidos, as mulheres iniciam a sua militância política com o movimento abolicionista, com o qual “aprenderam a mobilizar-se e a organizarem-se, a promover demonstrações públicas, a reivindicar, e a apresentar petições” (Abreu, 2002, p.453). Foram as irmãs Grimké, Sarah e Angelina, que conseguiram o direito de as mulheres americanas serem ouvidas em público, fazendo valer a sua opinião em relação à abolição da escravatura. Junto delas, muitas mais seguiram o exemplo. Estes dois

movimentos, - o da luta pela libertação e direitos dos escravos e o da emancipação e direitos da mulher - foram-se complementando ao longo dos anos, até à “abolição da escravatura e o reconhecimento do direito dos Negros ao sufrágio, expresso pela 14ª emenda à Constituição americana em 1866” (Abreu, 2002, p.454).

Foram vários os encontros - “Women’s Rights Conventions” - que se realizavam entre 1850-51. O primeiro aconteceu em Nova Iorque, em 1848, em Seneca Falls, onde se iniciava luta pela abolição da escravatura e o movimento cartista, e que marcou, em simultâneo, o início da luta feminina pelo direito de voto. Esta convenção reuniu 300 pessoas para discutir e debater a “Declaração de Sentimentos”. Este documento foi redigido por Elizabeth Cady Stanton, com base na Declaração de Independência (1776) dos Estados Unidos e denunciava as restrições que as mulheres tinham no campo político, exigindo o seu direito ao voto. Em 1847, Anne Knight, pioneira do feminismo na Inglaterra e militante dos movimentos cartista e anti-esclavagista, fundou a primeira “Female Political Association” britânica, em conjunto com outras mulheres cartistas, com o objetivo comum de lutar pelo sufrágio feminino. Knight escreveu importantes documentos, entre os quais um panfleto “exigindo o voto para as mulheres” (Abreu, 2002, p.458).

O casal Harriet Taylor Mill e John Stuart Mill, ambos filósofos e defensores da igualdade entre homens e mulheres, tiveram um papel de destaque no que diz respeito às reivindicações das feministas, baseando-se em “sólidos princípios liberais e em escritos norte-americanos” (Abreu, 2002, p.456) que advogavam sobre os direitos das mulheres. O próprio Stuart Mill acabou por ser influenciado pelo pensamento feminista da sua esposa, cujo ensaio *Enfranchisement of Women* (1851) defendia o sufrágio para todas as mulheres. Em 1865, Mill foi eleito deputado e foi “quem apresentou à Câmara dos Comuns uma nova petição que lhe fora entregue por um grupo de sufragistas, a 7 de junho de 1866” (Abreu, 2002, p.459). O seu objetivo era alertar os deputados e o povo britânico para a relevância da luta das sufragistas que poderia resultar numa enorme mudança social. Os oitenta deputados votaram a favor desta petição. Todavia, não foi suficiente para que fosse aprovada.

Em 1867, Mill fez, perante o Parlamento, a primeira defesa do voto feminino. Apelava aos direitos políticos, reclamando a igualdade da mulher e do homem no seio da família e da sociedade. Na sequência destas iniciativas, escreveu, em 1869, o ensaio “A sujeição das Mulheres”, onde discutia o papel ativo masculino e as razões da condição em que o sexo oposto vivia, denunciando o estatuto social da mulher daquela época. Em conjunto com a sua esposa, acreditavam que, nesta obra, só o facto de substituírem a palavra “homem” pela palavra “pessoa” já estariam a servir a causa da igualdade (social e política) entre ambos os sexos.

Na Grã-Bretanha, as décadas seguintes foram marcadas pelo surgimento de duas organizações sufragistas de mulheres, em dois momentos distintos. Apesar de terem objetivos idênticos (a luta pelo sufrágio feminino), propunham métodos distintos para os alcançar. Em 1897, surgiu a National Union of Women’s Suffrage Societies – NUWSS. Esta organização foi liderada durante muitos anos por Millicent Garret Fawcett. A NUWSS foi a principal organização sufragista inglesa, que ficou conhecida por recorrer a “táticas e métodos pacíficos e moderados, sem violarem a lei e a ordem pública” (Abreu, 2002, p.461). Em 1903, surge, em Manchester, a Women’s Social and Political Union – WSPU, liderada por Emmeline Pankhurst em conjunto com as suas filhas Christabel e Sylvia. Esta organização ficou conhecida pela sua “estratégia agressiva, que representava um desvio da estratégia de moderação e constitucionalidade da NUWSS, que aguardava pacientemente pela boa-vontade dos políticos” (Abreu, 2002, p.462). De modo a conseguirem estar mais perto do Parlamento, do Governo e da Imprensa, a WSPU instalou-se em Londres, onde passou a ter a sua sede. A partir daqui as sufragettes* começaram a ofender os políticos, interrompendo-os e interrogando-os dentro do Parlamento: “desafiavam os deputados liberais; marcavam nos passeios os avisos de comícios e ações a serem levadas a cabo” (Abreu, 2002, p.463), faziam a divulgação da WSPU em bicicletas e distribuíam propaganda da associação por todo o Reino Unido.

*Algumas feministas da WSPU eram conhecidas por “sufragettes” devido à sua militância agressiva.

O Governo e o Parlamento britânicos resistiram durante muito tempo às reivindicações das sufragettes, o que as levou a adotar uma postura cada vez mais agressiva. A partir de 1908, começaram a destruir edifícios públicos e privados, igrejas, museus, campos de golfe. Estas ações fizeram com que muitas destas mulheres fossem presas, totalmente privadas da sua liberdade. Muitas avançaram para a greve de fome. Com medo que morressem, “o Governo adotou a ‘alimentação forçada’, feita através de um tudo enfiado pela boca abaixo” (Abreu, 202, ibidem). Foi com a adoção destas medidas mais agressivas que as suas lutas e as campanhas pelo direito ao voto na Grã-Bretanha começaram a receber atenção por parte dos políticos e da imprensa. A luta continuou e o Parlamento inglês só reconheceu o direito da mulher à plena cidadania, expressa pelo direito de voto, com a aprovação da lei de reforma eleitoral de 1918. Esta lei intitulada de “Representation of the People Act” em conjunto com a 19ª Emenda à Constituição Americana (1920), foram vistas como importantes marcos na “história da emancipação das mulheres na Grã-Bretanha e dos Estados Unidos” (Abreu, 2002, p.465).

Apesar da forte luta que se fez sentir na Grã-Bretanha, o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893, graças a uma luta intensa e duradoura liderada por Kate Sheppard. Seguiu-se a aprovação do sufrágio feminino na Finlândia, em 1906 e, anos depois, no Brasil (1932). Na década de 40, é concedido o direito de voto às mulheres em França (1944), Itália, Croácia e Eslovênia (1945), Bélgica (1845) e Jugoslávia (1947).

Na primeira metade do século XX, as mulheres começaram paulatinamente a integrar o mercado de trabalho. Em muitos casos substituíram nas fábricas os homens que tinham sido incorporados nos exércitos. Zirbel (2021) refere que as mulheres asseguravam a maior parte das atividades produtivas. Elas eram “bombeiras, mineiras, condutoras de transportes públicos, mecânicas, metalúrgicas” (p.15). Eram também produtoras de alimentos, trabalhavam na indústria têxtil e no campo da saúde. Temas como a maternidade também começaram a ser falados publicamente em vários países, com a implementação de algumas políticas de natalidade.

1.1.2 A segunda onda: luta pelo divórcio, pelo corpo e pela sexualidade

Tendo o direito de voto e a participação política sido já conquistados em vários países do mundo ocidental, a década de 1960 do século XX foi marcada por uma nova etapa nas reivindicações do movimento feminista internacional. Este período foi pautado pela publicação de duas obras fundamentais: *O Segundo Sexo* (1949), da filósofa francesa Simone de Beauvoir e *A Mística Feminina* (1963), da ativista e feminista Betty Friedan. As novas reivindicações caminhavam agora mais no sentido da liberdade sexual e corporal da mulher, bem como da eliminação da violência com base no género.

Em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, Beauvoir faz uma análise profunda àquela que era a condição das mulheres na sociedade e examina as razões pelas quais elas ocupavam, historicamente, uma posição social inferior à dos homens. Começa por dizer que “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e, ainda hoje, embora a sua condição esteja a evoluir, a mulher arca com um pesado *handicap* (...) Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas (Beauvoir, 1949, p.17). Beauvoir refere que os homens são sempre mais privilegiados, auferem salários mais altos e maiores possibilidades de ter sucesso na vida. Do mesmo modo, os postos mais importantes na indústria e na política também lhes pertencem. A autora refere então que quando as mulheres “começam a tomar parte da elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (p.18).

A distinção entre os sexos não é algo determinado de forma biológica, é antes uma construção social. Através de normas culturais, valores e instituições sociais, diferenças entre homens e mulheres foram criadas e mantidas ao longo da história. A autora descreve como a mulher é, muitas vezes, definida como a “Outra” em relação ao homem, sendo tratada como objeto, sem autonomia no casamento, na maternidade e no trabalho. Beauvoir critica o facto de as mulheres serem “exploradas por um senhor exigente até ao esgotamento das suas forças como reprodutora e das suas capacidades individuais” (1949, p.104) e defende que elas podem realizar-se de outras formas. Tece também uma dura crítica às instituições educacionais por perpetuarem estereótipos de género e limitarem as

capacidades das mulheres, considerando que a escola deveria ser antes um espaço de autonomia e de realização plena do gênero feminino.

Em 1963, a feminista norte-americana Betty Friedan publicou *The Feminine Mystique*, obra vista como um “tratado” para a luta feminina. Neste livro, Friedan critica a crença generalizada de que a maior satisfação que a mulher poderia ter seria através do casamento e da ação de cuidado do marido, da casa e dos filhos. Nos anos 60, a mulher era portadora de níveis de educação cada vez mais elevados, pelo que começou a sentir-se insatisfeita com a sua condição de “dona de casa”. Ser cuidadora do lar já não era suficiente. No entanto, mesmo revistas como a *McCall's*, defendiam a ideia de que “as mulheres só trabalhavam em casa no sentido de manter o corpo belo para conquistar e conservar o homem” (Friedan, 1963, p.34). Não havia, portanto, qualquer vestígio daquilo que seria a parte espiritual e intelectual da mulher.

O livro de Friedan foi fundamental para perceber a história da opressão e libertação das mulheres, já que nos deu a conhecer os mecanismos utilizados para controlar a maneira de viver a vida de um homem e de uma mulher. Mostra também a insatisfação da mulher branca americana, cujos desejos não correspondiam ao que era a realidade. Simultaneamente, acaba por ser uma denúncia daquele período, já que Friedan defendia que cada mulher era um ser independente, com desejos particulares e que era capaz de gerir a sua própria vida.

É na década de 70 que, como resultado das mobilizações que foram acontecendo em diversos países, instâncias internacionais como a ONU e a UNESCO começaram a colocar a promoção da igualdade de gênero como uma das questões centrais para debate. Como mostram Silveirinha e Subtil (2017), estas agências promoveram diversos eventos “centrados no problema da discriminação das mulheres [apontando] a necessidade de estas serem consideradas politicamente uma minoria social” (p.44). É neste contexto que a UNESCO propôs a Década Internacional das Mulheres (1975-1985), que levou à instauração do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, bem como as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, no México (1975), Copenhaga (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995).

Estes projetos incentivaram e “estimularam orientações mundiais favoráveis a políticas conducentes à igualdade de género” (Silveirinha & Subtil, 2017, p.44). Em Portugal, o impacto destas políticas não foi imediato, já que a promoção da igualdade de género não era vista como prioridade. No entanto, é importante referir que, entre os anos 1970 e 1995, existiram diversas iniciativas que coincidiram “em larga medida com o processo de democratização da sociedade portuguesa” (Silveirinha & Subtil, 2017, p.48). Silveirinha e Subtil (2017) destacam exemplos de algumas entidades cujo papel foi fundamental como o Grupo de Trabalho para a Definição de uma Política Nacional Global acerca da Mulher (1970), o Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social (1971) e a Comissão da Condição Feminina (1975). Além disso, também alguns “atores da sociedade civil, como os partidos políticos, as associações e movimentos de mulheres” (Silveirinha & Subtil, 2017, p.48) tinham um papel ativo e de grande impacto naquela que seria a luta pela igualdade de género.

Em quase todos os continentes, surgiram grupos de conscientização com a finalidade de apoiar as mulheres na sua luta por melhores condições de vida. De uma forma sintetizada, Zirbel (2021) refere que as reivindicações destes grupos passavam pelo “anticolonialismo, luta antirracista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos (...), violência doméstica, assédio” (p.18). As ideias centrais destes grupos eram duas: libertação da opressão e a libertação no plano da sexualidade. Porém, mediante o estatuto social e as experiências vivenciadas por cada mulher, a ordem de importância era diferente. Para algumas, o mais importante era a “libertação no plano da sexualidade (poder ter prazer, ter mais de um parceiro sexual ou expressar a sua homoafetividade)” (p.19). Enquanto para outras a prioridade estaria mais relacionada com a opressão diretamente ligada ao casamento e ao universo doméstico, impossibilitando-as de estudar ou ter uma profissão. Para outras ainda, o capitalismo e o racismo intensificado eram os problemas com maior prioridade.

Vendo de uma perspetiva global, a segunda onda do feminismo está associada a um longo período de tempo que vai desde 1940 ao início do século XXI. Todavia, o seu auge ocorreu com as manifestações de 1960 e 1970, prosseguindo “no campo das artes, na formação de

centros de pesquisa sobre a condição das mulheres, em milhares de publicações, no ingresso de feministas em variadas instâncias de poder, na mudança de leis e costumes, no amadurecimento de discussões e teorias” (Zirbel, 2021, p.23).

1.1.3 A terceira onda: luta pelas questões de interseccionalidade e pela igualdade racial

A década de 1980 coloca em perspectiva as conquistas e as lutas anteriores, tentando colmatar as falhas que ainda subsistiam: o combate ao racismo e à discriminação. Tentam também redefinir temas como o da maternidade e das mulheres nas suas relações interpessoais.

Ilza Zirbel (2021) afirma que no início da década de 80, os *media* começaram a dar o nome de geração pós-feminista às mulheres e adolescentes na casa dos vinte anos, que já começavam a ter regalias a nível social garantidas por lei, como o “acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio, à mobilidade básica” (p.23). Porém, as reivindicações continuavam pela luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho e os privilégios masculinos.

Rebecca Walker publicou o artigo “becomingo the 3rd wave”, na revista *Ms.* (1992), onde denunciava o sexismo persistente do início dos anos 1990 e convocava as jovens a se unirem à luta feminina. Walker escreveu: “Não sou uma feminista pós-feminismo. Sou da Terceira Onda. Sou a nova versão das guerreiras do movimento”. Este texto viria a ser o marco do início da designada terceira onda do feminismo. Um artigo da BBC News Brasil (2022), com o título “Como jovem com famílias brancas e negras e um festival de música atçaram guerra por direitos trans”, conta a história de vida de Rebecca Walkers. Com 21 anos, e devido à sua experiência de vida enquanto filha de uma mãe negra e pai judeu, Walker acreditava que este movimento precisava de ser mais abrangente e que deveria lidar com dois tipos de preconceito: misoginia e homofobia. Isto porque as mulheres heterossexuais poderiam ser vítimas de misoginia, enquanto as lésbicas vítimas de misoginia e homofobia. Como tal, as barreiras impostas a estes grupos acabavam por se cruzar, acreditando que o feminismo era interseccional. Walker, à semelhança de Beauvoir, que acreditava que “não se nasce mulher,

torna-se mulher” e da filósofa Judith Butler que acredita que as categorias de género devem ser repensadas, defendia que as mulheres deveriam libertar-se das normas sociais, de modo a alcançar a sua liberdade de expressão de género. Assim, defendeu que o feminismo interseccional significava a abertura da categoria “mulher” a mais pessoas.

As questões dos vários tipos de assédio, da misoginia, das agressões sexuais e das violações foram o motor que deu início a dois tipos de manifestações: as virtuais (o chamado ciberfeminismo) e as de rua, ocorridas em várias partes do mundo (Índia, Canadá, Chile, EUA, China, Filipinas). A terceira onda ficou também fortemente marcada pela “presença do feminismo em todos os continentes e uma forte atuação de feministas jovens” (Zirbel, 2021, p.23), que começam a recorrer às redes sociais como forma de mobilização e consciencialização relativamente a este conjunto de problemáticas, vividas por muitas mulheres, no lar, no trabalho ou em ambientes de lazer. Muitas vezes, estas mulheres sofriam relações abusivas por parte dos seus próprios familiares chefes ou colegas.

No início da década de 90, surgiu, em Washington o Riot Grrrl. Este era um movimento punk feminista *underground* que rapidamente se alastrou por mais de 26 países e que permitia às mulheres expressarem as suas visões sobre assuntos como homofobia, assédio sexual, misoginia, racismo e capacitação feminina. Outras bandas como *Bikini Kill* nos Estados Unidos, *Pussy Riot* na Rússia e *Little Ugly Girls* na Austrália, seguiam a mesma linha de pensamento e as mesmas temáticas, de modo a mostrar que continuavam a lutar por aqueles que consideravam ser os seus direitos e liberdades.

O debate feminista foi alimentado por feministas latinas, negras revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia, etc, que queriam mostrar que existe uma grande variedade daquilo que é o feminismo (de indivíduos, grupos, pautas, estratégias) (Zirbel, 2021, p.22). Desta forma e, em conjunto com os avanços tecnológicos, estas mulheres começaram a alcançar uma maior visibilidade junto das feministas brancas e de classe média, que eram as mais representadas pelos *media*.

Diz-se que a partir de 2013 entramos numa nova onda do feminismo caracterizada pelo feminismo digital, conhecida como a quarta vaga. Esta nova etapa traz manifestações, marchas e novas reivindicações em várias partes do mundo.

CAPÍTULO II - A FEMINIZAÇÃO DAS PROFISSÕES NOS *MEDIA*

2.1 A chegada das mulheres ao mundo das profissões liberais

Ao longo das últimas décadas no mundo ocidental, os movimentos feministas e o conjunto de reivindicações defendidas por mulheres de todo o mundo, possibilitaram a conquista de vários privilégios e objetivos por estas traçados. Com maior liberdade, ganham também maior visibilidade junto da sociedade, algo há muito desejado. O direito ao voto, a possibilidade de acesso à escolarização, melhores condições de vida, mais valorização e respeito, bem como direitos iguais aos dos homens, foram apenas algumas das conquistas alcançadas pelas mulheres.

Os finais dos anos 70, começaram a ser propícios ao aparecimento de mulheres em diversas profissões, o jornalismo inclusive. Via-se a “chegada feminina em massa a certas profissões liberais como a advocacia, a magistratura ou a medicina” (Subtil, 2000, p.1). Até aqui, a sua presença era quase inexistente, num mundo dominado maioritariamente pelos homens. A crescente profissionalização feminina está relacionada com as alterações que também foram ocorrendo na sociedade portuguesa. Uma dessas mudanças prende-se com o aumento do nível de instrução escolar, observando-se cada vez mais mulheres formadas e com maiores competências. Tendo em conta dados estatísticos sobre a escolaridade em Portugal, os últimos 30 anos do século passado, viram o número de mulheres a duplicar, sobretudo no ensino superior (Subtil, 2000). É importante referir ainda que foi na Universidade Nova de Lisboa que surgiu, somente 1979, o primeiro curso ainda com a designação mais abrangente de Ciências da Comunicação (UNL), como nos conta o jornalista Jorge Pedro Sousa (2008). Já o primeiro curso denominado oficialmente como “Jornalismo” é referente ao ano de 1993, implementado na Universidade de Coimbra. No entanto, anteriormente a isso, em 1986 no Porto, foi onde foi criada a Escola Superior de Jornalismo do Porto.

Basta uma breve análise aos dados apresentados pela Pordata entre 1991 e 2023, para constatar o grande crescimento que se tem verificado no número de alunos inscritos no ensino superior, como se pode verificar nas figuras 1 e 2. As áreas de educação e formação em estudo são a educação; artes e humanidades; ciências sociais, comércio e direito;

ciências, matemática e informática; engenharia, indústrias transformadoras e construção; agricultura; saúde e proteção social; e serviços. Em 1991, a Pordata mostra que foram 186 780 os alunos que se matricularam em cursos superiores nas mais diversas áreas de educação e formação, dos quais 60 850 eram estudantes das ciências sociais, comércio e direito, onde enquadra a área da comunicação. Entre estes, 39 228 eram mulheres, o que representa quase 65% do total de inscritos. Portanto, já nos anos 90 conseguíamos ver uma maior presença feminina no ensino superior, o que começou a alterar aquela que seria a realidade social vivida.

Dez anos mais tarde, os números quase triplicaram, passando para um total de 387 703 inscritos nas diversas áreas de educação e formação. Nas ciências sociais, comércio e direito, estavam matriculados 127 043 alunos, dos quais 60% continuavam a ser do sexo feminino, não muito diferente de 1991. Já em 2023, o número de matriculados chegou aos 446 028, entre os quais 149 298 eram das ciências sociais, comércio e direito, que tem sido sempre a maior fatia entre as restantes áreas. Entre os 149 289 alunos matriculados, 90 090 eram mulheres, o que representa novamente 60% do total de alunos inscritos. Com isto, podemos verificar que, nestas áreas e desde 1991, a presença feminina tem sido sempre mais significativa face à dos homens.

Tabela 1. - Alunos matriculados no ensino superior – total de todas as áreas de educação e formação (1991 a 2023)

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	186.780	80.888	105.892
2001	387.703	166.661	221.042
2023	446.028	204.672	241.356

Tabela 2. - Alunos matriculados em Ciências Sociais, Comércio e Direito – total, homens e mulheres (1991 a 2023)

Ano	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Homens	Mulheres
1991	69.850	30.622	39.228
2001	127.043	50.876	76.167
2023	149.298	59.208	90.090

Esta crescente presença feminina no ensino superior permitiu a entrada de mulheres em diversas profissões consideradas como sendo de pendor masculino. Deste modo, Subtil (2000) diz-nos que tal como o jornalismo, outras tantas profissões são consideradas como atividades intelectuais e que é precisamente em campos profissionais com elevados níveis técnico-científicos que a presença feminina tem vindo a crescer nos últimos anos, em Portugal, mostrando que em 1970 a presença feminina era de 2,8% e que na primeira década do século XXI já se aproximava dos 20%.

Importa, portanto, analisarmos a disparidade que ainda existe no que toca à presença feminina e masculina no mercado de trabalho nos países da União Europeia. O relatório do Semestre Europeu, da Comissão Europeia de 2016 (últimos dados atualizados), mostra-nos que nesse mesmo ano, a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos da EU-28 estava fixada nos 76,8% para os homens e 65,3% para as mulheres, percentagem essa que era de 62,1%, em 2010. O relatório revela que este crescimento se deve ao aumento da qualificação das mulheres e superação face aos homens em termos de níveis de desempenho escolar. Países como a Grécia, Itália, Malta, Croácia, Espanha e Roménia têm taxas de emprego das mulheres iguais ou inferiores aos 60%, com uma disparidade muito acentuada entre os dois sexos, por serem populações mais envelhecidas. Os países onde a taxa de atividade profissional das mulheres atinge valores mais elevados são a Suécia com 80%, a Dinamarca com 77%, Alemanha e Lituânia com 75% e o Reino Unido com 72%. Estes são os únicos países onde os números ultrapassam os 70% de presença feminina no emprego.

No caso português e comparando com o ano das últimas atualizações dos países da União Europeia, em 2016, a taxa de emprego feminino, para mulheres com 15 ou mais anos, fixava-

se nos 62,4% com diferença para 69,3% para os homens, mostram-nos os dados do Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional. Fazendo uma breve comparação com os últimos 20 anos do século passado, podemos verificar um aumento gradual da taxa de emprego feminino que passou de 29% em 1981, para 41,3% e, 1992, o que nos mostra que estes valores têm vindo a sofrer diversas alterações e que têm acompanhado o ritmo de mudanças que se foram verificando na sociedade portuguesa. Subtil (2000), diz-nos que este aumento da taxa de profissionalização feminina pode ser explicado com as conquistas que as mulheres têm vindo a alcançar no espaço público quando deixaram de ser responsáveis apenas pelo trabalho doméstico, levando-as a ter um papel de disputa com os homens o espaço de intervenção na esfera pública.

2.2 O processo de feminização do jornalismo: o caso português

Com o decorrer dos anos, a comunicação de massas começou a assumir um papel muito importante na temática relacionada com as questões de género devido ao aparecimento de um novo contexto repleto de estratégias e tecnologias capazes de moldar a realidade social (Silveirinha, 1997). A sociedade passa a ser moldada por aqueles que eram conhecidos como *Opinion-makers*, considerados como os construtores da opinião pública.

É a partir das décadas de 1960 e 1970 que a realidade no campo dos *media* começa a sofrer modificações, denotando-se um aumento no número de mulheres. Ventura (2012) mostra-nos que esta “entrada das mulheres na profissão foi tão-somente mais um dos fatores incluídos num conjunto de alterações no jornalismo, não tendo sido consequência de qualquer reivindicação em particular” (p.57). No entanto, a entrada de mulheres no jornalismo esteve associada às mudanças sociais e com o final de um regime ditatorial, o que permitiu o acesso, de forma natural, “a todos os lugares, incluindo, lá está, às redações dos jornais” (Ventura, 2012, p.58). Para Fernando Correia e Carla Baptista “o recrutamento de mulheres foi um dos elementos importantes num movimento mais vasto de modificação

da paisagem humana das redações e das formas de exercício da profissão, integrando fatores económicos, sociais e culturais” (in Ventura, 2012, p.57).

Subtil (2000) refere que é no momento do grande *boom* dos anos 80 no espaço mediático nacional, que as jornalistas começam a entrar de forma massiva nas redações, no entanto, ainda sob uma condição muito precária e através de estágios, quase sempre, não remunerados. Esta mudança no panorama mediático está relacionada com a “fragilidade estrutural de grande parte das empresas de comunicação social que têm como estratégia de rentabilidade formas de precariedade laboral ligadas ao recrutamento de mão-de-obra barata e de preferência qualificada” (Subtil, 2000, p.6), incluído sobretudo as jornalistas que estavam mais expostas à subcontratação e a contratos a prazo. De acordo com a autora, há ainda a salientar diferenças no acesso a esta profissão, relevando o facto de se ser mulher ou homem. Para as mulheres o acesso à profissão é realizado através do credencialismo académico, mas, quando se trata de um homem, muitos deles têm “acedido à profissão com baixíssimos níveis de escolaridade e contando como meio de aprendizagem a tradicional «tarimba»” (Subtil, 2000, p.7).

Ao longo dos anos, são vários os estudos que têm sido realizados e que nos dão conta do número de jornalistas que exercem em Portugal. *Ser Jornalista em Portugal - perfis sociológicos* (2011) surge de uma longa investigação realizada entre 2005 e 2008, através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE), sob a égide da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este livro foi coordenado pelo Professor José Rebelo, em conjunto com uma equipa constituída por 12 investigadores e com a colaboração do Sindicato dos Jornalistas. Este estudo dá-nos conta de que entre 1987 e 2006, houve um crescimento constante do número de jornalistas habilitados com um título profissional, provisório (estagiário) ou de colaborador especializado, passando assim de 1281 para 7402 jornalistas, respetivamente. A partir desse ano até 2009, verificou-se uma tendência inversa, com uma diminuição de 485 jornalistas. No final do ano de 2009, dos 6817 jornalistas habilitados pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), 4103 (59,3%) eram homens e 2814 (40,7%) eram mulheres. De acordo com José Rebelo, entre 1987 e 2009, e como é possível observar no gráfico 1, foi possível identificar que a distância entre os dois géneros tem sido

menor, o que acaba por criar um maior equilíbrio, apesar do número de jornalistas masculino ser ainda maior do que o feminino. São vários os fatores apontados por José Rebelo como causas do aumento do número de jornalistas ao longo dos anos: as “oportunidades de formação profissional financiadas pela União Europeia”; a “chegada ao mercado de trabalho com um maior nível de formação superior”; “a abertura das estações privadas e das produtoras televisivas com o conseqüente alargamento do título profissional de jornalista a repórteres e editores de imagem, a assistentes de redação ou de informação”; a “consolidação de inovações tecnológicas”, bem como a abertura de diversas rádios, jornais e canais, que permitiram uma maior oferta oportunidades de trabalho (Rebelo, 2011, p. 43-45).

Gráfico 1. - Jornalistas em Atividade (1987-2009)



Em 2009, a proporção de mulheres no total de jornalistas portugueses já ultrapassava os 40%. Porém, através da divisão por faixa etária, as mais jovens, dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos, já é possível verificar uma maior presença feminina (de 59,5% e de 61,7%, respetivamente), (Rebelo, 2011, p.49). Segundo José Rebelo, estes dados mostram uma situação aparentemente irreversível para a feminização da profissão. Outro um dado que comprova esta tendência é o ingresso por género na área do jornalismo. Até 2001, era

sempre maior o número de ingresso de homens na profissão do que as mulheres. Porém, entre 2002-2006, as contratações de mulheres superaram as de homens, “situação inédita desde que há dados disponíveis sobre a profissão (1952)” (Rebelo, 2011, p.76). Fazendo uma breve comparação com os dados publicado em setembro de 2024, verificamos que a realidade se alterou, com a diminuição do número de jornalistas com carteira profissional (5294), o que leva a um aumento da percentagem feminina (não real), que corresponde a 41,55% de mulheres, que equivale a 2200 e 58,44% de homens (3094), mas que, na realidade, mostra uma diminuição de jornalistas, tanto homens, como mulheres.

**CAPÍTULO III – O COMENTÁRIO E OS SEUS PROTAGONISTAS NOS ESPAÇOS
INFORMATIVOS DA TELEVISÃO PORTUGUESA**

3.1 O comentário enquanto gênero jornalístico: origem, definição e características

O comentário enquanto gênero jornalístico não faz parte dos considerados gêneros “primitivos”, como é o caso da notícia curta. O seu aparecimento remonta apenas para o início do século XIX. Segundo Grosse (1998), as primeiras rubricas de comentário apareceram em 1805 e 1815, a primeira carta de leitor foi impressa apenas em 1866 e a primeira nota, em 1872. Grosse refere que estes três gêneros jornalístico acima referidos, vêm da *rhétorique classique* (a arte de bem falar e de fazer chegar a mensagem ao recetor de forma clara, organizada e convincente), tal como era ensinada nessa época nas escolas e nas universidades.

Estes três gêneros jornalísticos recorrem muito à retórica e são de elevado valor, sobretudo quando se trata do comentário e das cartas, que são comentários escritos por pessoas que não pertencem ao mundo do jornalismo. O aparecimento destes escritos situa-se na época do Estado-Nação em Itália, aquando das revoluções liberais de 1848, que se estendiam pela Europa e que chegou a Itália em 1861, estendendo-se a Veneza, em 1866 e a Roma, em 1870. Como tal, Grosse (1998) esclarece que estes textos vieram refletir as lutas persistentes e o patriotismo ardente vivido nessa época. Esta origem do comentário (onde se inclui também o editorial), da carta do leitor e da nota na retórica clássica resulta de um trabalho extenso de Anja Hrbek (Grosse, 1998, p.21), que continuou viva em Itália até ao século XIX, onde os discursos políticos eram também orientados nesse sentido.

Na Alemanha o desenvolvimento dos gêneros jornalísticos foi muito semelhante a estes, onde a macroestrutura e o estilo da retórica “escolar” foram o modelo para os editoriais, os comentários e as cartas de leitores. Grosse (1998) diz-nos que já antes das Revolução de Março de 1848 (conhecida também como Primavera dos Povos), a censura prussiana acalmou, tornando-se mais flexível, o que permitiu que as pessoas mais cultas pudessem finalmente falar e escrever as suas opiniões. Rapidamente a imprensa noticiosa se transformou em imprensa de opinião, de modo a abarcar “um fórum público de discussão político [...] o que explica o surgimento de novos tipos de opinião e persuasão” (Grosse, 1998, p.21). Segundo Grosse, a principal diferença que existiu entre a Alemanha e a Itália

neste processo, está diretamente ligada a uma mudança de fase: o domínio austríaco e a censura que se viveu em diversas regiões do norte da Itália, o que impediu um surto anterior a 1861 e 1866. Foi então que, desde a unificação italiana, a imprensa tornou-se o principal fórum de debates públicos, bem como o lugar privilegiado para o aparecimento destes novos géneros de opinião.

Relativamente ao conceito de comentário em si, Torres (1988) diz-nos que não basta o relato que é feito pelos jornalistas ou pelas notícias que chegam às pessoas, é necessária a existência dos comentadores, figuras que explicam e exploram a fundo todas as situações que tiveram lugar num determinado espaço e tempo. Como tal e, dado o importante papel de um comentador, o autor esclarece que o comentário é um género jornalístico claramente interpretativo.

Torres (1988), expõe que o comentário se insere naquele que é o chamado género opinativo/interpretativo, do qual também faz parte o editorial, o artigo, a análise ou crítica, a coluna, etc. O principal papel de um comentador é, com base nos dados recolhidos através de notícias, publicações nas redes sociais ou outro tipo de recursos, expor a sua opinião face a um público que pode ser de pequena ou de grande dimensão. Como tal, este profissional, deve ter a consciência de que tem uma grande responsabilidade, já que a informação que ele vai transmitir pode ter um grande impacto. Torres (1988) afirma que o comentário é o fruto de um trabalho desenvolvido por especialistas de cada temática específica e que, geralmente, é assinado pelo mesmo. Refere também que “estes especialistas do jornalismo interpretativo seguem passo a passo a atualidade e explicam-na depois de um processo de simplificação que permite ao público conhecer os acontecimentos que se vão dando em cada campo das atividades humanas” (1988, p.125).

Na universidade portuguesa, Rita Figueiras é a investigadora quem tem vindo a desenvolver mais estudos sobre a realidade do comentário, quer na imprensa, quer em televisão. Em Portugal, existem duas expressões que podemos usar quando nos referimos aos profissionais que expõem a sua opinião em televisão, na imprensa ou na rádio: “Comentadores” ou “*Opinion-Makers*”. Segundo Figueiras (2019), “Os comentadores são

personalidades que colaboram de modo regular com um meio de comunicação e que são apresentados como tal por esse mesmo meio” (p.13). Para a autora (2005), quando se fala de comentadores, estamos a referir-nos a um conjunto de colaboradores permanentes que fazem parte do espaço de opinião e, cujas ideias, influenciam um grande conjunto de pessoas. Porém, a presença destas personalidades pode também ser esporádica mediante os temas que estejam na ordem do dia.

O jornalista António José Teixeira, citado por Rita Figueiras prefere o termo *Opinion-Makers*. Segundo ele, são aqueles que transmitem a informação de uns para os outros, influenciando a forma de produzir o pensamento, formando a opinião pública. Como tal, são, muitas vezes, vistos como os “porta-vozes da comunidade”, como refere António José Teixeira (in Figueiras, 2005, p.10). Estes atuam no campo dos *media*, referido como “um espaço social que faz ponte com outros campos, que ajuda à articulação numa tensão dialética de permanente conflito e negociação” (*ibidem*). Ou seja, a forte presença dos *Opinion-Makers*, bem como a articulação das suas ideias e o esclarecimento da informação, são fundamentais na aproximação entre os vários campos sociais (político, económico, cultural, ...), servindo como elos de ligação.

No fundo, estes dois conceitos não são muito diferentes. Por um lado, o comentador é aquele que se limita a comentar os factos noticiados através da sua expertise. Já o *Opinion-Maker* é contratado com o objetivo de ser aquele que influencia e que pretende mudar o pensamento de muitos. Neste capítulo, qualquer um dos conceitos poderia ser utilizado, no entanto, optámos pela designação de comentador/a.

3.2 O comentário televisivo nos espaços informativos dos media portuguesas

Marcelo Rebelo de Sousa. Este é o principal nome que impulsionou o surgimento do espaço de comentário tal como existe hoje em Portugal. Rita Figueiras (2019) apresenta-nos que o modelo de comentário que conhecemos atualmente, “chegou à televisão portuguesa em 2000, com a contratação de Marcelo Rebelo de Sousa pela TVI” (p.8). Este formato evoluiu ao longo do tempo, de acordo com as características desta figura e da sua capacidade

comunicativa. A evolução que se foi verificando mostrou a forma descontraída e assertiva com que Marcelo encarou o papel de comentador, tal como o seu estatuto simbólico enquanto professor universitário. Considera-se que ele tenha desenvolvido uma nova forma de fazer comentário, já que, “com uma linguagem acessível a todos, democratizou o acesso à opinião esclarecida e massificou um produto de nicho, até então consumido apenas pela elite nacional” (Figueiras, 2019, p.8). O seu discurso era visto como pedagógico e simples, conseguindo chegar a muitas pessoas, de forma útil e informativa.

Figueiras (2019), diz-nos também que foi Marcelo a introduzir uma componente de entretenimento e de entrevista no seu comentário, acompanhada de um discurso cheio de dinamismo e de exuberância, através da utilização de uma linguagem coloquial e de expressões populares. As temáticas que abordava durante os seus comentários eram diversas: política nacional e internacional, economia, assuntos judiciais, futebol e até mesmo novelas da TVI (o canal ao qual estava vinculado). O seu comentário acabou por trazer diversas transformações ao canal e ao comentário em Portugal: reconfigurou o perfil de audiências do noticiário, trazendo um público com maior escolarização e níveis de rendimento mais elevados; fez com que o comentário ganhasse muita atenção, o que levou a que outros *media* seguissem as suas opiniões e, muitas vezes, era a partir daí que definiam a sua agenda. Esta contratação da TVI elevou o comentário a um patamar nunca antes visto, atribuindo à presença de Marcelo o facto de o domingo se ter tornado “o dia premium do comentário nos canais generalistas” (Figueiras, 2019, p.9). O professor fabricou um novo molde, o efeito Marcelo: “Marcelo Rebelo de Sousa tornou-se a medida-padrão do comentário em Portugal e nenhum comentador escapa à comparação, mesmo os que se pretendem distanciar dele” (Figueiras, 2019, p.10).

O comentário é um formato individual de opinião que é “moldado pela interação de dois participantes, e tem também lugar num estúdio de televisão, diante de um auditório ausente (invisível na emissão), composto pelos seus pares e pelo público em geral” (Figueiras, 2019, p.54). No entanto, o jornalista faz uma gestão da dinâmica com o comentador que diferencia este formato da entrevista. Esta dinâmica é composta por vários fatores: a interação entre o jornalista e o comentador; a escolha dos temas; o tempo que

cada um tem para falar; as interrupções; o tipo de perguntas e respostas e as reações às mesmas. As interrupções que vão sendo feitas ao longo do discurso é um importante mecanismo que nos mostra quem é a pessoa que faz a gestão do comentário e quem, em simultâneo, domina a conversa.

Os espaços individuais de opinião são semanais, geralmente entre as mesmas pessoas e com uma duração considerável, o que faz com que os comentadores possam desenvolver melhor as ideias e as temáticas nos dias do comentário, bem como ao longo das semanas, enquanto o assunto se revelar ainda pertinente. A investigadora destaca que “este tipo específico de conversação não é alimentado por um estilo de interação baseada no confronto” (Figueiras, 2019, p.55), pelo que raramente existem momentos em que o comentador e o jornalista não concordam com a pergunta ou com a resposta um do outro. Assim sendo, neste tipo de interação, o comentador é quem controla o conteúdo e a análise feita aos assuntos em destaque, já que é ele que ocupa uma posição dominante como protagonista dos espaços de opinião em questão.

A designação de comentador está também diretamente ligada com a frequência com que aparece no canal. De modo geral, a maioria comenta num dia fixo e num determinado canal. Este espaço pode ocorrer durante o noticiário, tal como acontecia com Marcelo Rebelo de Sousa que era a cara do jornal principal da TVI todos os domingos à noite e isso fazia dele motivo para que muitos se ligassem a este canal. Este tipo de comentário também pode ser realizado em programas autónomos como é o caso do *É Ou Não É* (RTP) ou o *Eixo do Mal* “SIC Notícias”.

A regularidade com que os comentadores são convidados é também um elemento importante que distingue os comentadores permanentes, que são aqueles que opinam com regularidade num determinado canal, de forma fixa e independentemente dos temas que estejam em cima da mesa, dos comentadores esporádicos ou episódico, que são “especialistas convidados para analisarem um tema que está na ordem do dia” (Figueiras, 2019, p.13). A autora considera que há vários outros elementos que são fundamentais e que fazem parte das características do comentário. Neste caso, o meio de comunicação

social onde o comentador exerce a sua função também pode definir o tipo de estatuto que este tem, bem como a própria forma de fazer comentário.

“O espaço de opinião é um local de poder que confere e/ou reforça o estatuto de quem nele participa, e o impacto dos comentários deve ser perspetivado em articulação com a projeção social do meio com o qual os comentadores colaboram” (Figueiras, 2019, p.14).

Com isto, a autora pretende destacar a importância que o local ou o meio de comunicação ao qual os comentadores estão vinculados pode ter no seu próprio estatuto enquanto comentador, jornalista ou especialista de uma determinada área. Para ilustrar, Figueiras (2019) conta o exemplo de um jornalista quando se vinculou a um “jornal de referência”, neste caso o *Público*. Este diz que, ao transitar de um jornal popular, o *Correio da Manhã*, para o *Público*, percebeu que o primeiro tem um grande peso no que toca às notícias, no entanto, no que diz respeito à opinião não tem comparação possível, devido ao estatuto construído ao longo dos anos, e junto do público, por cada um destes jornais.

Com o passar do tempo, o comentário tem vindo a crescer em Portugal, o que tem originado um maior investimento dos diversos meios de comunicação neste género. Como tal, os espaços de opinião nos *media* têm vindo a ganhar maior presença e visibilidade e, os comentadores de referência começaram a ser disputados e/ou a acumular espaços de opinião na imprensa, na rádio, na televisão e também em espaços *online*, bem como uma presença ativa nas redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, atual *X* (Figueiras, 2019, p.16). Um comentador entrevistado por Figueiras deu uma possível explicação para o facto de haver poucos comentadores que acumulem diversos espaços de opinião, em vastos canais. As razões económicas e de visibilidade podem ser preponderantes, já que os meios procuram pessoas que sejam imediatamente reconhecidas (a sua cara ou a sua voz), o que acaba por ser muito limitador para a criação de novos protagonistas. Porém, há apenas uma regra que deve ser seguida por aqueles que acumulam vários espaços de opinião: “nenhum

deles [pode opinar] em meios diretamente concorrentes entre si, em dois noticiários generalistas ou em duas revistas de informação” (Figueiras, 2019, p.17).

Alguns comentadores consideram as suas palavras e as suas opiniões fundamentais para muitas pessoas. Conseguem, de certa forma, direcionar os pensamentos de vários dentro de um público ou mesmo confirmar algumas intuições que estes tinham, através de bons argumentos e de uma forma “acabada, argumentada e estruturada” (Figueiras, 2019, p.18). O que se procura de um comentador é que traga um ângulo, uma opinião diferente de tudo aquilo que os outros podem trazer. Por conseguinte, considera-se que, quando se trata de um colunista, por exemplo, este deve ter as seguintes características: “independência, alguma originalidade e qualidade de escrita” (Figueiras, 2019, p.18), para que possa ser seguido como um modelo. Quando se fala de um comentário em televisão, pretende-se que o profissional tenha boas capacidades no que toca à sua presença e à sua imagem. Para além disso, deve também ter uma boa projeção de voz, de modo a que todas as palavras sejam compreendidas e que a mensagem seja rececionada com o objetivo pretendido.

Algumas pessoas confundem aquilo que é jornalismo daquilo que é o comentário. Nesse sentido, Figueiras (2019) considera fundamental fazer uma distinção entre estes dois, apesar de ambos terem um objetivo comum que é o de informar e esclarecer as pessoas. Enquanto o jornalismo segue única e exclusivamente uma lógica de informar, o comentário vai um pouco mais além, propondo um “espaço de exposição de ideias suscitadas a propósito das notícias do dia ou da semana” (Figueira, 2019, p. 20). A opinião nestes espaços de comentário é produzida com base em factos. Porém, os comentadores questionados pela investigadora esclarecem esta questão dizendo que, muitas vezes, não há tempo para uma grande preparação antes dos comentários, para além de algumas leituras de jornais e pequenas notas, que irão ajudar na escolha dos temas a debater. Para fazer essa escolha, os comentadores destacaram três critérios principais: o da atualidade, o da relevância e também o da legibilidade quando se trata de textos de opinião, já que estes são escritos para que os outros os possam compreender.

No que diz respeito ao comentário político, este “é indubitavelmente um espaço de poder, pela visibilidade que confere às opiniões, pelo alcance que tem e pela influência que pode gerar na opinião pública e nos círculos de poder” (Figueiras, 2019, p.21). Dessa forma, muitos comentadores acabam por assumir uma posição de atores com capacidade suficiente para influenciar o desenvolvimento dos assuntos que fazem parte da agenda no debate público, assumindo, em simultâneo, um “papel de conselheiros das elites políticas, dando-lhes instruções ou propondo sugestões aos decisores” (*ibidem*). Assim, os *Opinion-Makers* acabaram por se direcionar mais para as elites e, apesar de poderem não pertencer a um cargo formal de poder, eles fazem parte de círculos de influência importantes e com bons contactos, o que lhes dá uma certa facilidade para chegarem a quem está acima no poder.

3.3 Crescente investimento na figura do comentador na televisão portuguesa

Nas últimas décadas, o comentário tem vindo a ganhar espaço nos programas informativos dos canais de televisão em Portugal. Tal deve-se a um conjunto de razões. Em primeiro lugar, as televisões portuguesas têm recorrido à figura do comentador por uma questão económica. Preencher espaços vazios durante os telejornais é muito fácil através destas personalidades quando, sobretudo, grande parte o faz de forma gratuita, com o intuito de conseguir visibilidade pública. Apenas os comentadores permanentes são pagos através de uma avença. Os esporádicos têm apenas a vantagem de poder ter algum “tempo de antena”.

No entanto, há também uma estratégia que se prende com o aumento do número de audiências e um maior reconhecimento dos próprios *media*. De modo a escolher os melhores representantes dos espaços de comentário, os meios de comunicação preparam um processo de seleção. Os comentadores acabam por ser, muitas vezes, escolhidos de acordo com o seu grau de reconhecimento junto do público, de modo a que as pessoas se mantenham no canal por conhecer aquela cara ou por ouvir aquela voz (quando se trata da rádio). Os comentadores ou “*Opinion-Makers*”, como são formalmente reconhecidos pelos próprios jornalistas, são então as principais figuras que, apesar de serem indivíduos livres e

com escolhas próprias, têm de respeitar e seguir alguns dos ideais partilhados pelos meios que os contratam.

Figueiras (2005), diz-nos que o campo dos *media* começou a sofrer algumas alterações como consequência de pequenas e grandes mudanças que foram ocorrendo na sociedade ao longo dos últimos anos, onde se passou de uma economia planificada para “uma economia de mercado, baseada na livre iniciativa e na livre concorrência” (p.13). Uma das alterações sentidas nos *media* foi o contexto de abertura e liberalização, o que potenciou, no campo da informação, um maior investimento naquilo que era o espaço de comentário, aumentado, desta forma, a quantidade de *Opinion-Makers* de referência que fizessem parte dos painéis de comentário. Portanto, devido à feroz concorrência que se fez sentir nos *media*, entre 1993 e 1995, os jornais televisivos começaram a apostar em colaboradores permanentes, recrutados da imprensa de referência.

Canais como a RTP, a TV2, a TVI e a RTP1 começaram a investir na presença de *Opinion-Makers*, visto que, tanto estes como os órgãos de comunicação ganhavam com essa relação. Não só ajudava na consolidação de uma imagem de pluralismo, como também na diversidade dos meios de comunicação, transmitindo que o “sucesso mediático tende a significar capacidade técnica no discurso público; diversidade de opiniões tende a consolidar uma imagem de credibilidade dos meios de comunicação social” (p.16). Os comentadores começaram então a ser vistos como “vedetas”, reconhecidos socialmente no meio onde se inseriam, o que acabava por ajudar os órgãos de comunicação social a ganhar maior visibilidade e, eles próprios a serem reconhecidos por esses mesmos meios, por outros da concorrência e por uma enorme quantidade de pessoas.

Numa semana aleatória de junho de 2018, Figueiras contabilizou 17 espaços de opinião nos noticiários da televisão portuguesa, dos quais 10 espaços eram de comentário individual e sete compostos por duplas. Quatro deles faziam parte dos noticiários dos canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e os restantes 13 faziam parte dos noticiários de horário nobre dos canais de informação por cabo (SIC Notícias, TVI24 e RTP3).

Figueiras (2019), dá-nos conta de que a RTP1 já não tinha rubricas dedicadas à opinião no *Telejornal* desde o início de 2018. Já nos noticiários da SIC e da TVI (ambos aos domingos), tinham como protagonistas o advogado e político Luís Marques Mendes (na SIC) e o jornalista e político Paulo Portas (na TVI). Às segundas-feiras, até meados de 2018, os protagonistas eram o advogado e político José Miguel Júdice (na TVI) e o jornalista Miguel Sousa Tavares (na SIC). Depois de meados de 2018, às segundas-feiras, os protagonistas destes espaços de opinião passaram a ser Miguel Sousa Tavares, na TVI e Manuela Moura Guedes, na SIC.

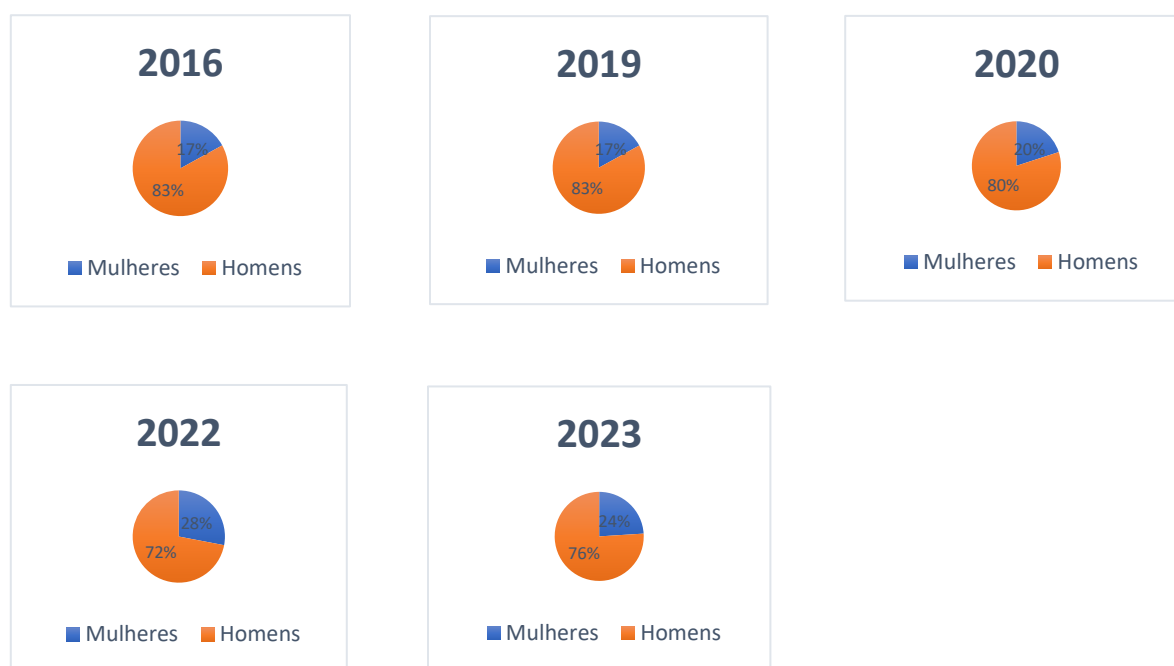
Quanto aos canais por cabo, a RTP3 dispunha de comentário todos os dias da semana, enquanto a SIC Notícias e a TVI24 contavam com espaços de opinião três vezes por semana (para além da presença diária de Constança Cunha e Sá no noticiário da TVI24). Relativamente à CMTV que, apesar de ser ainda um canal muito recente, conta com um espaço de opinião diário, com uma rubrica fixa onde, cada dia, comentadores diferentes dispõem de três minutos para apresentar a sua opinião sobre um determinado assunto. Entre as personalidades que fazem comentário neste canal “há figuras conhecidas da política e/ou de outros espaços de comentário: Assunção Cristas, Luís Campos Ferreira, Joana Amaral Dias, João Pereira Coutinho, Eduardo Cintra Torres e Francisco José Viegas” (Figueiras, 2019, p.38).

3.4 O comentário televisivo no feminino

Tal como afirmamos no capítulo anterior, a presença das mulheres nos *media* como produtoras de notícias e como jornalistas, tem vindo a crescer de forma acentuada desde os anos 90 do século passado. Hoje, as jornalistas mulheres representam cerca de 40% do número de profissionais com carteira de jornalista. O mesmo não se pode afirmar dos protagonistas do comentário nos *media*, sobretudo o político, que tem vindo a crescer de forma tímida, como mostra um estudo do MediaLab, publicado em 2023, que traça o perfil dos comentadores desde 2016.

Este estudo acima referido mostra-nos que, no que toca à quantidade de mulheres e homens a fazer comentário político em televisão, a tendência continua a ser a mesma: a masculinização dos espaços de comentário. Entre 2016 e 2023, 2022 foi o ano em que se verificou uma maior presença feminina no espaço de opinião: 28% contra 72% de homens. Em 2016 e 2019 a percentagem de mulheres estagnou nos 17%, com uma subida para 20% em 2020 e 24% no último ano estudado. Apesar destas oscilações que foram ocorrendo ao longo dos anos estudados, esta realidade perdurou e nunca se viu invertida.

Gráfico 2. – Número de Comentadores Políticos em Televisão (RTP1, RTP2, SIC, TVI, RTP3, SIC NOTÍCIAS CNN Portugal e CMTV) por Género (2016-2023)



Figueiras (2019), após perceber o desequilíbrio que ainda persiste entre os homens e as mulheres na sociedade portuguesa, considerou fundamental estudar a questão das desigualdades de género. Como tal, as suas perguntas base foram: “Qual é a participação de mulheres no comentário?”, “Como tem evoluído a sua presença ao longo dos anos?” e “Quem são as comentadoras na televisão?”. A principal conclusão da investigadora foi a de

que predomina um acentuado setor maioritariamente masculino no comentário político, já que, entre 2000 e 2017 foram 273 os comentadores que passaram pela televisão portuguesa, entre os quais 224 eram homens (82%) e apenas 49 eram mulheres (18%).

Figueiras partilhou como curiosidade que a jornalista e escritora Clara Ferreira Alves foi a primeira mulher a comentar na televisão portuguesa e que se estreou, em 2004, no programa *Eixo do Mal* transmitido pela SIC Notícias. Além disso, foi também a primeira mulher com uma coluna de opinião no *Expresso* (1996), semanário que faz parte do mesmo grupo que a SIC.

Nos canais generalistas, Rita Figueiras, revela que, entre 2000 e 2017, a presença de mulheres comentadoras era residual e que, em 2016, apenas Marisa Matias (eurodeputada do Bloco de esquerda) teve um espaço de comentário na TVI, durante três meses, o que leva a autora a nem sequer contar efetivamente como participação feminina, dada a sua curta duração. Como tal, considera que apenas podemos contar com comentário no feminino na RTP1, que teve a participação de quatro mulheres: Ana Draga, Ana Gomes, Margarida Botelho e Maria João Avillez. Em finais de 2018, a SIC, com a transferência de Miguel Sousa Tavares para a TVI, ficou com um lugar vazio no espaço de comentário no *Jornal da Noite*, que veio a ser ocupado por Manuela Moura Guedes, com a rubrica “A Procuradora”. Por sua vez, nos canais por cabo, a SIC Notícias era a emissora que contava apenas com duas mulheres, o menor número de comentadoras no feminino. Na RTP3 eram 23 mulheres, e na TVI24 eram 19 mulheres. Isto levou à conclusão de que “a participação feminina é residual e inconstante quando comparada com a dos homens” (Figueiras, 2019, p.66).

Figueiras (2019) esclarece que, nos canais generalistas, as mulheres começaram a ter acesso ao comentário televisivo através do programa *O Corredor do Poder*, transmitido pela RTP1 entre 2008 e 2011. Este era um programa de debate político semanal onde se discutiam diversas situações relevantes do espaço público nacional. Contava com a participação de cinco comentadores provenientes dos partidos políticos com representação parlamentar: Ana Draga (BE), Margarida Botelho (CDU), Nuno Melo (CDS-PP), Macos Perestello (PS) e Marco António Costa (PSD). Um ano mais tarde, o debate político sofreu algumas alterações,

começando a contar com a presença apenas de jornalistas. Deste modo, entre 2012 e 2013, a RTP1 contou com a participação da comentadora Maria João Avillez que fazia parte do painel do *Termómetro Político*. Quando este programa deixou de existir, só passados três anos é que se voltou a verificar uma presença feminina no espaço de comentário deste canal.

Em quatro dos 18 anos que Figueiras analisou, não foram listadas mulheres que participassem em comentário político televisivo (2000 a 2003). Além disso, há um dado que nos mostra a disparidade que existe entre os dois sexos, que é o número mais elevado da presença de cada um em anos diferentes: 24 mulheres (2010) e 83 homens (2011). Nos anos estudados (2000 a 2017), notou-se um enorme investimento no sexo masculino, que começou com a presença de apenas dois comentadores (2000), e terminou com um aumento para 54 (2017). Como forma de tentar inverter esta tendência, em 2015, a RTP Informação estreou um programa de debate político – *Barca do Inferno* - que contava com um painel apenas feminino. Era composto pela deputada Isabel Moreira, a académica Raquel Varela, a jornalista Manuela Moura Guedes e também a psicóloga e humorista Marta Gautier.

Rita Figueira (2019) revela que entre 2000 e 2017 existiram 49 espaços de opinião que contaram com a participação feminina. No entanto, foram apenas 44 mulheres que participaram no espaço de comentário televisivo, já que cinco delas colaboraram com diversos canais ao longo dos anos que foram estudados. Apesar de o número de homens comentador ser maior que o de mulheres, o perfil delas acaba por estar alinhado com as áreas dominantes: a política e o jornalismo. Mas nos canais por cabo é possível verificar-se uma maior diversidade, onde algumas comentadoras têm ligações à cultura e outras à academia. Entre as 44 participantes no mundo do comentário televisivo, 40 faziam parte de espaços de debate partilhados com homens, e eram apenas três as que tinham um espaço individual de opinião e somente na TVI. Já a RTP1, SIC Notícias e RTP3 não tiveram nenhum espaço individual de comentário feminino, até 2018 quando Ana Gomes foi contratada para o *Jornal de Domingo* da SIC Notícias e Manuela Moura Guedes para a SIC.

Figueiras (2019), deixa uma nota muito importante e que, mais uma vez, mostra a desigualdade que tem existido entre o sexo feminino e o sexo masculino no que toca ao acesso ao comentário televisivo. Ela refere que as mulheres começaram apenas a aceder aos espaços individuais de comentário após entrarem em debates com outros comentadores (homens), de modo a que as suas capacidades fossem “testadas”, o que não acontecia com comentadores homens.

“Esta questão do formato é relevante, porque o monólogo e o diálogo evocam um poder e um valor simbólico distintos no espaço público” (Figueiras, 2019, p.70).

Quando se trata de um diálogo entre vários comentadores que estão em debate, a atenção dada e o poder que cada um tem nas suas intervenções são repartidos por todos eles. Do mesmo modo, os temas que são abordados foram, anteriormente, escolhidos por eles. Por outro lado, quando se trata do espaço individual de opinião, tudo acaba por ser distinto, já que todas as atenções e todo o poder é detido por uma pessoa, apenas. É uma voz única e o protagonismo está todo concentrado em si. Do ponto de vista do *negócio dos media*, “conceder um espaço individual de opinião revela que se reconhece a essa personalidade o poder de granjear audiências e de construir um espaço de influência” (Figueiras, 2019, p.70). Em Portugal, esta é uma realidade maioritariamente detida pelos homens.

São vários os estudos que Rita Figueiras tem vindo a desenvolver. Um deles mostrou a grande disparidade que existia entre homens e mulheres no espaço de comentário na imprensa de referência portuguesa, entre os anos 1980 e de 2005. Na década de 1980, a investigadora mostra-nos que as mulheres representavam apenas 13,3% do espaço de comentário na imprensa escrita (228 homens e 35 mulheres). Já em 1990, houve um ligeiro decréscimo, as mulheres passaram a representar 12,7% (280 homens e 41 mulheres). Entre 2000 e 2005 esta realidade manteve-se mais estável com uma representação feminina de 12,85% do espaço de comentário na imprensa (217 homens e 32 mulheres).

Rita Figueiras (2019) propõe alguns fatores que possam esclarecer as razões pelas quais a presença feminina é escassa e que expliquem o perfil profissional das comentadoras. Como primeiro fator, a investigadora aponta para a sub-representação das mulheres nos campos sociais de poder, que é o espaço de onde são provenientes a maioria dos comentadores, que no caso específico é referente ao campo político. Até 2006, aquando da aprovação da Lei da Paridade em Portugal, a presença feminina no Parlamento era muito desigual. Foi só em 2015 que se cumpriram as quotas obrigatórias definidas na lei suprarreferida.

Outro fator destacado pela investigadora e que tem vindo a contribuir para o baixo número de mulheres no comentário pode estar diretamente ligado com o tipo de discurso mediático. As mulheres sempre tiveram uma maior dificuldade em expressar as suas ideias no espaço público, já que a sua representação é sempre muito estereotipada, resultando numa sedimentação de representações sexistas. A figura feminina tem pouca visibilidade nos *media*, o que não acontece com os homens que tendem a ser representados de uma forma mais positiva face à mulher. Desta forma, “enquanto os políticos e os especialistas são maioritariamente do sexo masculino, as mulheres são sobretudo protagonistas em dois polos opostos: na qualidade de celebridades ou de cidadãs anónimas (representantes da *vox populis* ou no papel de vítimas)” (Figueiras, 2019, p.72).

Se juntarmos a baixa presença feminina nos espaços de política e a aniquilação simbólica exercida pelos *media*, percebemos que é natural que não se consiga reter muitas mulheres nesta área. Estes são os dois fatores principais identificados que explicam o perfil das comentadoras portuguesas. Além da política, o outro local privilegiado para a busca de mulheres participantes no comentário é o jornalismo. No entanto, apesar de já existir uma maior representação feminina do que na política, os cargos de chefia continuam a ser dominados pelo sexo masculino.

Em Portugal, os homens e as mulheres não têm a mesma facilidade de acesso a posições de topo e de exercício de poder, e se analisarmos as hierarquias, quanto mais altas, menor vai ser a probabilidade de se encontrar mulheres. Figueiras (2019), refere que o acesso aos *media* e o perfil daqueles cujo protagonismo mediático é notável são um “reflexo da

estrutura de poder social, económico, político e cultural da sociedade portuguesa” (p.72-73). Como tal, é fundamental, quando se estuda assuntos ligados à paridade de géneros, ter em conta a presença feminina nos espaços de comentário.

CAPÍTULO III – CAMPO DE OBSERVAÇÃO, METODOLOGIA E TRATAMENTO DOS DADOS

4.1 Estratégia metodológica e campo de observação

Para a realização desta investigação optámos por recorrer a uma metodologia de pendor qualitativo, baseado fundamentalmente em técnicas de recolha de informação documental (qualitativa e quantitativa).

A recolha de informação documental realizou-se em dois momentos e com um duplo objetivo. O primeiro momento baseou-se na pesquisa, leitura e análise crítica de referências bibliográficas sobre o comentário enquanto género jornalístico, os processos de feminização das redações dos meios de comunicação em Portugal e sobre comentadores no espaço mediático nacional. O segundo momento, assentou na recolha de informação na RTP sobre os comentadores e comentadoras dos espaços informativos em análise, informação que foi organizada em duas dimensões de análise: 1) a dimensão sociográfica; 2) a dimensão do comentário. O objetivo era perceber quantos(as) comentadores(as) é que participam nos espaços de comentário destes canais, destacando as mulheres e a construção dos seus perfis.

O quadro temporal definido para a realização desta análise foi desde 1 de fevereiro a 30 de abril de 2024, com uma análise diária dos espaços de opinião do Telejornal da RTP1 e do Jornal2 da RTP2, para que pudéssemos construir a base de dados sobre os(as) comentadores(as) que são os(as) protagonistas destes dois espaços informativos. A interrogação que conduziu todo este processo de pesquisa foi a seguinte: “Quem são as protagonistas do comentário nos principais espaços informativos da RTP1 e RTP2?”.

4.2 Os comentadores nos principais espaços informativos da televisão pública: Telejornal (RTP1) e no Jornal2 (RTP2)

Ao longo dos últimos anos, o comentário televisivo tem vindo a ganhar cada vez mais atenção, não só nos espaços informativos das televisões, mas também noutro tipo de programas dedicados apenas a este género jornalístico. Durante várias décadas os protagonistas destes espaços de comentário eram fundamentalmente homens (Figueiras,

2005). Nos últimos anos, esta disparidade de género tem vindo a ser atenuada e são cada vez mais as mulheres que fazem comentário na televisão. É, portanto, sobre elas que incidirá esta análise.

Dividimos esta análise em duas dimensões: a dimensão sociográfica e a dimensão do comentário. Na primeira, foram recolhidas informações relativas ao género, à idade, às áreas de formação, ao grau académico, às áreas de especialização (caso exista), à atividade profissional e a outros cargos que tenham desempenhado.

Já a segunda dimensão, tem como objetivo dar a conhecer de forma mais pormenorizada o trabalho que os(as) comentadores(as) fizeram ao longo dos três meses em estudo (de 1 de fevereiro a 30 de abril de 2024): se são permanentes ou esporádicos(as), as vezes que foram convidados a comentar, se têm dias fixos de comentário, se comentam aleatoriamente ou ainda se têm ou participam numa rubrica, bem como as temáticas que discutem.

Por último, delimitamos como foco as comentadoras mulheres para perceber quem são, quais as suas áreas de formação, as suas profissões para além do comentário, quais as temáticas que são convidadas a comentar, bem como perceber que cargos é que ocupam ou já ocuparam.

4.2.1 Perfil sociográfico dos comentadores/as do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2)

A análise do quadro temporal selecionado permitiu-nos contabilizar 39 comentadores: 26 homens e 13 mulheres. A tabela 3 mostra-nos o desequilíbrio que existe entre os géneros, numa realidade que continua a ser maioritariamente dominada por homens, como tem vindo a acontecer ao longo das últimas décadas, sobretudo em profissões relacionadas com política ou direito.

Tabela 3. – Número total de comentadores (por género)

Comentadores	Valor Fixo
Homens	26
Mulheres	13
Total	39

Dos 26 comentadores homens, 12 é o total dos que fazem comentário de forma permanente e 14 corresponde a comentadores esporádicos. No caso das mulheres, quatro são comentadoras permanentes e nove são convidadas a fazer comentário de forma esporádica. Estes dados mostram que a presença feminina no comentário destes espaços televisivos em termos numéricos é sensivelmente metade em comparação com a dos homens. Estas desigualdades acentuam-se ainda mais quando se trata das comentadoras permanentes, o que vai em linha com a observação que Rita Figueiras tem feito a este respeito: à semelhança do que acontecia na década de 80 do século passado nos jornais nacionais estudados pela investigadora, e “embora a tendência ao longo dos anos seja para um aumento da participação feminina, o certo é que esta mantém-se sempre muito distante da presença masculina” (2005, p.72).

O número de comentadores esporádicos (falando de homens e mulheres) é superior ao de profissionais permanentes. Isto deve-se a opções editoriais fortemente condicionadas por constrangimentos económicos, como referimos no capítulo anterior. Enquanto os comentadores permanentes têm um avanço por parte do canal, os comentadores esporádicos aceitam participar nas emissões muitas vezes sem qualquer compensação económica. Basta-lhes a visibilidade mediática que essas oportunidades lhes proporcionam no espaço mediático. Acresce que grande parte destes comentadores são oriundos da academia e o modelo neoliberal que prevalece na universidade nas últimas décadas promove este tipo de exposição, que funciona também como publicidade para a própria instituição universitária.

No que diz respeito à idade dos(as) comentadores(as) e como se pode observar na tabela 1 dos anexos, percebemos que o mais jovem é o jornalista Miguel Santos Carrapatoso, com

34 anos e o mais velho é o advogado Manuel Magalhães e Silva, com 79 anos. O intervalo de idades situa-se assim entre os 34 e os 79 anos. De referir que, ao longo dos três meses em análise, não foi possível apurar as idades da totalidade dos profissionais. No entanto, foi-nos possível perceber que a maioria dos convidados se encontram entre os 40 e os 60 anos, o que nos leva a concluir que os canais, de certa forma, investem em pessoas mais velhas, o que pode estar diretamente ligado ao grau de confiança que estes possam já ter construído junto do público. Para além da responsabilidade que os comentadores têm junto dos telespectadores, são também a imagem que representa o canal, o que faz com que a escolha destes seja mais exigente e que se procure os mais experientes. No entanto, é importante não esquecer que existe um interesse de ambas as partes (entre o canal e a pessoa escolhida), já que também “o meio de comunicação com o qual o comentador colabora introduz diferenças no estatuto e na forma de fazer comentário” (Figueiras, 2019, p.13).

Analisando agora a área de formação (ver tabela 4), a maioria dos comentadores(as) tem formação superior em Direito, dos quais dez são homens e apenas duas são mulheres; em Comunicação Social ou Ciências da Comunicação, onde existem apenas cinco homens e três mulheres; Ciência Política, com três homens e duas mulheres; e também em Relações Internacionais, onde se formou apenas um homem e quatro mulheres. Para além destas áreas de formação de onde são provenientes grande parte destes protagonistas, também encontramos pessoas com formação em Economia, Filosofia, Gestão, Jornalismo, Sociologia, Ciências Militares e Estudos dos *Media*.

Tabela 4. – Áreas de formação dos comentadores (homens e mulheres) do Telejornal (RTP1) e do Jornal2 (RTP2) (1 de fevereiro a 30 abril, 2024)

Área de Formação	Homens	Mulheres
Comunicação Social/ Ciências da Comunicação	5	3
Ciência Política	3	2
Direito	10	2
Economia	2	1
Filosofia	1	-
Finanças	1	-
Gestão	1	-
Jornalismo	2	-
Relações Internacionais	1	4
Sociologia	1	-
Ciências Militares	1	-
Estudos dos <i>Media</i>	-	1
Total**	28	13

Quando apurámos o grau académico dos comentadores esporádicos e permanentes, concluímos que 12 têm licenciatura, outros 12 concluíram um mestrado e 13 possuem um doutoramento. Do mesmo modo como aconteceu com a área de formação, não foi possível apurar o grau académico de duas comentadoras. Isto não nos leva a nenhuma conclusão em concreto, já que os números são muito semelhantes entre homens e mulheres. Aparentemente o grau académico não mostra ser uma variável determinante para a escolha

** O resultado não corresponde ao número total de comentadores, já que alguns têm duas áreas de formação.

dos profissionais para os espaços de opinião. Relativamente às áreas de especialização, são poucos os que, para além da sua área de formação, têm uma especialização. De acordo com o que conseguimos apurar, temos especialistas em áreas como Relações Internacionais, Geopolítica, Política, Economia, etc. e, geralmente, são estes que são convidados para comentar os assuntos referentes a estes domínios de conhecimento.

Os comentadores que foram convidados para os espaços de opinião destes canais não são comentadores profissionais, exercem uma ou várias atividades principais. Uma parte significativa é jornalista ou tem algum cargo de chefia em órgãos de comunicação social, como é possível verificar na tabela 1 dos anexos. Segundo Figueiras, são duas as principais razões pelas quais os canais recorrem aos jornalistas para comentar: primeiro por razões de autopromoção do próprio canal ou do grupo, e segundo, por razões económicas. Nas suas palavras, “a presença de jornalistas comentadores que exercem a profissão no canal, ou no grupo a que o canal pertence, traduz uma estratégia de autopromoção do grupo e dos seus jornalistas, ao mesmo tempo que permite uma contenção de custos, porque, na maioria das vezes, o comentário faz parte da atividade profissional” (2019, p.64).

Há também advogados e professores universitários, bem como pessoas que exercem cargos políticos (ex: David Gorgulho, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André ou Ana Isabel Xavier, Secretária de Estado da Defesa Nacional). Relativamente a cargos anteriores que tenham desempenhado durante a sua vida profissional, foi possível verificar que quase todos tiveram um cargo de chefia, como diretores de jornais (ex: Domingo de Andrade, Diretor-Geral da TSF e Diretor-Geral do *Jornal de Notícias* e de *O Jogo* ou Ana Sá Lopes, Diretora-Adjunta do *Público*) ou cargos relacionados com a advocacia (ex: Guilherme Figueiredo, ex-Bastonário da Ordem dos Advogados), já que grande parte dos comentadores são formados em Direito. Podemos, desta forma, concluir que estes profissionais foram estrategicamente escolhidos, devido ao seu extenso currículo e à sua experiência nas diversas áreas que comentam.

4.2.2 Análise da dimensão do comentário: o espaço que os protagonistas ocupam

Neste subcapítulo, o objetivo é mostrar a que canais é que os(as) comentadores(as) estão vinculados, quantas vezes são convidados a fazer comentário, as temáticas que costumam desenvolver, bem como percebermos que espaço ocupam no comentário (se têm dias fixos, comentam de forma aleatória ou se possuem uma rubrica).

Dividindo os comentadores homens por canais e pela regularidade com que fazem comentário, foi possível apurar que dos 12 comentadores permanentes, oito são os que foram convidados a fazer comentário no Telejornal (RTP1) e apenas cinco no Jornal2 (RTP2). Entre os profissionais destacados, apenas um participou em ambos os canais ao longo dos três meses – o caso de Manuel Carvalho. Relativamente àqueles que foram convidados de forma esporádica, cinco participaram no espaço de opinião do Telejornal da RTP1 e dez no espaço do Jornal2 da RTP2, canal onde o comentário é, aparentemente, mais regular. Há apenas um profissional que marca presença em ambos os canais, o especialista em economia Pedro Sousa Carvalho. Quando a análise incide sobre as mulheres, das quatro que fazem parte da carteira permanente de comentadores, apenas uma faz comentário no Telejornal (RTP1) e três no Jornal2 (RTP2). daquelas que foram convidadas a participar nos espaços de opinião de forma esporádica, duas marcam presença na RTP1 e sete na RTP2 que, como já foi acima referido, é o canal que tem mais tempo dedicado ao comentário e onde o programa é também mais extenso, permitindo explicar com maior detalhe todos os assuntos que são, anteriormente, apresentados na RTP1.

Quando juntamos homens e mulheres de ambos os canais em estudo, percebemos que dos 16 comentadores permanentes, apenas sete são aqueles que, para além de participarem em dias aleatórios da semana para comentar assuntos relacionados com a sua especialidade, têm também dias fixos de comentário ou uma rubrica, como se pode comprovar através da tabela 2 dos anexos. Começamos por Ana Isabel Xavier, especialista em Relações Internacionais que, para além de ser convidada a comentar em dias aleatórios, quando há alguma problemática relacionada com questões internacionais, tem também um dia fixo de comentário (aos sábados), com a rubrica “Europa”, no Jornal2, da RTP2. Filipe

Pathé Duarte é especialista em geopolítica, consolidando um lugar de comentador residente e analista para as áreas de segurança e política internacionais, na RTP1, RTP2 e RTP3. Além de ser frequentemente convidado a comentar, tem também um dia fixo (os domingos, no *Jornal2*, da RTP2), onde aborda os principais assuntos da semana, relacionados com geopolítica. João Barroso Sousa é político, licenciado em direito e participa frequentemente na rubrica “O Comentário Político da Semana”, no *Telejornal* da RTP1. O mesmo acontece com o especialista em Ciência Política, Pedro Norton, com Susana Peralta, especialista em Economia Pública e Economia Política, com incidência na fiscalidade e federalismo fiscal e também Miguel Poiães Maduro, especialista em Direito Constitucional e Direito da UE. Todos eles partilham esse espaço de “O Comentário Político da Semana”. Finalmente, Ricardo Jorge Pinto, especialista em Jornalismo Político, além de ter marcado presença algumas vezes ao longo dos três meses estudados, teve também um espaço de comentário diário durante o rescaldo das legislativas de 2024.

A questão acima referida, sobre a existência de duplas nas rubricas do *Telejornal*, da RTP1, era algo que há uns anos não tinha preponderância. Como refere Figueiras (2019), “as rubricas de comentário nos noticiários dos canais generalistas são todas compostas por espaços individuais de opinião, enquanto nos canais de informação por cabo encontramos as duplas modalidades, ou seja, espaços individuais e de duplas” (p.38). Porém, podemos verificar que, atualmente, essa realidade alterou-se e a RTP1, enquanto canal generalista, começou a apostar nas rubricas realizadas por duplas, porque acabam por conferir mais dinamismo e serem também mais informativas.

Os assuntos comentados ao longo dos três meses em análise nos dois canais públicos da televisão portuguesa foram os mais variados, com particular incidência em questões políticas, devido às crises políticas que se vivia nessa altura em Portugal Continental e também nas Ilhas da Madeira e dos Açores, questões económicas e questões internacionais, em particular os exemplos da Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente.

Finalmente, relativamente aos tempos de comentário e, olhando para a tabela 2, verificamos que cada um dos fatores acima apresentados não foram decisivos para os

comentadores terem mais ou menos tempo para partilhar as suas opiniões e discutirem os assuntos escolhidos. As únicas variáveis que poderão ter sido determinantes é o alinhamento de cada notícia e os conteúdos que o canal tinha para o dia. Verifica-se assim que o tempo de comentário bem como os temas, não define o género dos comentadores, já que homens e mulheres são convidados a partilhar a sua visão sobre os mesmos assuntos. Muitas vezes aconteceu o contrário, quando o comentário era feito, simultaneamente por um homem e por uma mulher, ela era quem tinha mais tempo para falar, somente porque tinha uma opinião mais desenvolvida.

4.2.3 Perfil sociográfico das mulheres comentadoras nos canais públicos

Sendo que um dos principais objetivos desta dissertação era analisar o perfil das mulheres comentadoras, este torna-se o subcapítulo mais importante. O intuito é dar a conhecer quem são as protagonistas femininas dos espaços de opinião dos dois canais públicos em análise, incidindo também sobre outras características, como a sua idade, a formação, os cargos e outras atividades e, finalmente, o estatuto e o tipo de comentário que é feito. Esta recolha encontra-se nas tabelas 1 e 2 dos anexos.

De modo a facilitar a organização dos perfis, vamos começar por apresentar as comentadoras do Telejornal, da RTP1 e, em seguida, as profissionais que comentam no Jornal2, da RTP2. Vamos, primeiramente, aludir às mulheres que são convidadas nos espaços de opinião de forma permanente e, em seguida, às que são convidadas de maneira esporádica.

Começamos por Susana Peralta que é licenciada em Economia, pela Escola Superior de Negócios e pela Católica de Lisboa, mestre e doutora em Economia pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica. É especialista em Economia Pública e Economia Política, com incidência na fiscalidade e federalismo fiscal. Integrou, em 2004, a Nova School of Business and Economics, como professora e associada, onde foi diretora académica dos programas de doutoramento e mestrado em economia. Já lecionou na Universidade Católica Portuguesa, Universidade do Luxemburgo e Universidade Católica de Louvain. É a

única comentadora permanente da RTP1, comentando em dias aleatórios, mas partilhando a rubrica “O Comentário Político da Semana” com outros três profissionais: João Barroso, Miguel Poiães Maduro e Pedro Norton. Esta rubrica é sempre realizada em duplas e em domingos alternados.

Márcia Rodrigues tem 59 anos e é formada em Comunicação Social pela Universidade Técnica de Lisboa e mestre em Estratégia, pela mesma instituição. É jornalista e editora de assuntos internacionais da RTP2 e reconhecida pelo seu trabalho em cenário de crise política e de guerra, nomeadamente no Médio Oriente. Tem sido enviada para cenários de guerra e já cobriu por diversas vezes o conflito Israel-Palestina. Já foi pivô da RTP2 e coordenadora do departamento de informação não diária da RTP. Atualmente, é correspondente da RTP nos Estados Unidos da América. Durante os meses em análise, foi convidada uma vez para fazer comentário no Telejornal, enquanto especialista sobre o conflito Israel-Palestina.

Maria Inácia Rezola que tem 57 anos e é mestre e doutorada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Acumula também o cargo de investigadora no Instituto de História Contemporânea. É Comissária de Missão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Abril de 1974, por Resolução do Conselho de Ministros. É professora coordenadora na ESCS-IPL, integra o Conselho Científico do Doutoramento em Ciências da Comunicação. Tem uma vasta experiência em investigação nas áreas das transições políticas numa perspetiva comparada; a Igreja, o Estado e o Autoritarismo; História dos *Media*; Média, História e Memória; Regimes e mudança política. Durante os três meses de análise, foi apenas convidada uma vez enquanto especialista do 25 de Abril.

Após concluirmos a apresentação das três mulheres que integram o painel de comentadores do Telejornal da RTP1, é possível verificar que este canal aposta pouco no género de comentário. Porém, todas elas advêm áreas de formação diversas, o que se traduz numa vantagem para o canal, já que são capazes de comentar os mais variados assuntos.

No Jornal2, da RTP2, as comentadoras permanentes são: Ana Isabel Xavier, licenciada em Relações Internacionais, mestre em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social e doutorada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É atualmente Secretária de Estado da Defesa Nacional. Entre 2015 e 2017, desempenhou funções enquanto Subdiretora-Geral de Política de Defesa Nacional; foi Presidente da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional e Presidente da DECIDE – Associação dos Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania. Foi professora associada na Universidade Autónoma de Lisboa, professora convidada do Departamento de História do ISCTE e professora associada do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) e do Centro de Investigação em Segurança e Defesa do Instituto Universitário Militar (CISDI-UM). É convidada regularmente pelos meios de comunicação a fazer comentário sobre a atualidade internacional, devido à sua vasta experiência e conhecimento. É comentadora permanente no Jornal2 (RTP2), onde possui um espaço fixo de comentário, todos os sábados com a rubrica “Europa”, discutindo temas como na Guerra da Ucrânia, nomeadamente pacotes de ajuda internacional; a Conferência de Segurança em Munich ou o acordo “Schengen Militar”.

Carmo Afonso é licenciada em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa e é advogada há mais de 20 anos, lutando pela defesa de causas públicas relacionadas com o ambiente, património histórico e cultural e pela democracia. É convidada a comentar nos vários canais da RTP. Durante os três meses em análise, foi convidada em três dias diferentes, onde as temáticas discutidas foram: os protestos das forças de segurança, a possibilidade de haver uma candidatura de Pedro Passos Coelho ao cargo de Presidente da República e a exoneração ocorrida na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Rosália Amorim é licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa e tem formações na área da Economia e do Jornalismo, em instituições como INSEAD, FLAD, Cenjor, Euronext Lisbon e Nova Business School. Para além de ter sido jornalista durante mais de 20 anos, foi também diretora do *Diário de Notícias*, administradora não executiva do Global Media Group e diretora executiva da Medis Rumo, em Angola. Integrou ainda, durante 18 anos, o grupo Impresa, onde editou a revista *Exame* e coordenou a *Revista*

Única e foi diretora editorial do “Dinheiro Vivo” – Direção Editorial de Economia do Global Media Group. É a última comentadora permanente do Jornal2, da RTP2, analisando o Novo Governo e a oposição. Para além disso, é ainda comentadora na TSF, na RTP1, na RTP3 e na TVI.

As comentadoras esporádicas do Jornal2, da RTP2 são: Ana Catarina Mendes, que tem 51 anos e é licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito Da Universidade de Lisboa e mestre em Novas Fronteiras do Direito pelo ISCTE-IUL. É atualmente Eurodeputada do Parlamento Europeu. Foi advogada e ex-Ministra dos Assuntos Parlamentares, foi 1ª Vice-Presidente na XIII Legislatura, deputada à Assembleia da República diversas vezes e foi também deputada municipal na Assembleia Municipal de Almada. Durante os três meses em análise, foi convidada a fazer comentário apenas uma vez, onde o assunto discutido foram os resultados eleitorais.

Ana Sá Lopes tem 59 anos, é formada em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências Sociais e iniciou-se na área do jornalismo na *Gazeta das Caldas* e na *Rádio Margem*, nas Caldas da Rainha. Já trabalhou em diversos jornais como: *O Jornal*, o *Público*, o *Diário de Notícias*, o *i* (onde foi diretora executiva adjunta) e o *Sol*. Foi jornalista parlamentar, essencialmente do PSD, já que a sua especialidade é a área política. Ocupou o cargo de Diretora Adjunta do *Público* e é atualmente Redatora Principal. É jornalista do *Público* e acompanha regularmente a política nacional, que foi precisamente a temática pela qual foi convidada a discutir na RTP2.

Ana Santos Pinto tem 46 anos e é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, mestre em História das Relações Internacionais e doutorada em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa. É perita em geopolítica do Médio Oriente, política externa da UE e segurança internacional. Além disso, é também investigadora e membro da comissão executiva do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA). Foi Secretária de Estado da Defesa Nacional e consultora da ONU no projeto “Aliança das Civilizações”. Atualmente, leciona no departamento de Estudos Políticos da NOVA de Lisboa, é membro do Conselho de Curados da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

(FLAD) e do Conselho de Orientação e Estratégia da Agência Espacial Portuguesa. É investigadora na área das relações internacionais e enquanto comentadora foi convidada a debater o tema da reeleição de Vladimir Putin como Presidente da Rússia.

Maria Castello Branco é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade Católica de Lisboa e mestre em Teoria Política, pela London School of Economics (LSE). Para além de comentadora esporádica no Jornal2, onde fez o balanço do debate entre PS e PSD, faz também comentário político na SIC Notícias e integra a equipa do podcast “Lei da Paridade”, do jornal *Expresso*.

Natália Carvalho tornou-se a jornalista portuguesa mais jovem, tendo entrado para esta área com apenas 18 anos, trocando a ideia de estudar Direito, pelo seu sonho da rádio e de ser jornalista. Encontrou a sua vocação na política, desde 1983, na Antena 1. É jornalista credenciada na Presidência da República, onde assegurou os mandatos de Aníbal Cavaco Silva e a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa. Foi subdiretora da primeira equipa de política constituída na Antena 1, em 1993, com a qual acompanhou a campanha eleitoral da CDU para as autárquicas, com Carlos Carvalhas. É desde 2018, Editora de Política da Antena 1.

Paula Teixeira da Cruz tem 64 anos. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Livre de Lisboa. Foi docente de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Lisboa e também no Instituto de Estudos Financeiros e Fiscais, bem como em diversos cursos de pós-graduação. É antiga Ministra da Justiça e assumiu diversos cargos relacionados com a advocacia, entre os quais: representante do Conselho Geral da Ordem dos Advogados na Comissão de análise de Adequação do Ensino Universitário às Necessidades da Profissão de Advogado, membro do Conselho Superior do Ministério Público, membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, membro do Conselho Superior de Magistrados. Atualmente, exerce funções na Associação Portuguesa de Direito Europeu. É comentadora esporádica do Jornal2, onde foi convidada a discutir assuntos relacionados com a polémica em torno do IRS com as promessas eleitorais e com a queda do Governo.

Sara Antunes Oliveira tem 41 anos e é licenciada em Comunicação e Estudos dos *Media* pela Universidade do Minho. Em 2001, entrou para a imprensa regional, no jornal *Barcelos Popular*. Entrou para o *Observador* em 2018, onde é atualmente subdiretora. Anteriormente, foi também jornalista na SIC, onde se especializou na área da justiça.

Os perfis que acabámos de traçar permitem perceber que as comentadoras são mulheres com altas qualificações académicas e científicas, mas também com uma vasta experiência política e/ou profissional, desempenhando, em alguns casos, cargos de governo e chefia, tanto em órgãos públicos como privados.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação era, por um lado, construir o perfil sociográfico das mulheres convidadas a fazer comentário nos principais espaços de opinião dos programas informativos do Telejornal da RTP1 e do Jornal2 da RTP2. Por outro lado, era entender o espaço que as mulheres ocupam face aos homens e se há diferenças entre o comentário feito por um homem e por uma mulher.

Ao longo dos últimos anos, temos visto que o número de comentadoras no feminino tem vindo, aparentemente, a aumentar. No entanto, os estudos que Figueiras tem vindo a publicar mostram-nos que ainda há todo um caminho a ser percorrido, pois as mulheres continuam a representar uma minoria no que toca à presença nos espaços de opinião (Figueiras, 2005). Tendo como base esta informação, partimos para a recolha de dados dos protagonistas que são convidados para os programas acima referidos, de modo a percebermos se esta realidade se aplica a estes canais: RTP1 e RTP2.

Os resultados aos quais conseguimos chegar denotam que, apesar das conquistas que as mulheres têm vindo a alcançar, gradualmente, nos campos da vida social, profissional e privada, a realidade é que continua a existir uma discrepância entre os direitos de mulheres e de homens. Além disso, como refere Figueiras a “abertura da sociedade portuguesa a novos valores democráticos não teve expressão na igualdade de oportunidades de colaboração no “Espaço Opinião”. A sub-representação feminina, mais do que um reflexo da sub-representação feminina nos espaços de poder e nas mais altas instâncias de decisão do país, reflete, antes de mais, lógicas cristalizadas entre recrutadores (Homens) e recrutados (Homens)” (2005, p.73).

No que diz respeito aos espaços de opinião do Telejornal da RTP1 e do Jornal2 da RTP2, nos três meses em análise, foi possível concluir que estes são dominados pela presença masculina, contando com 26 comentadores, entre os quais 12 são permanentes e 14 esporádicos. Em relação às mulheres, elas são apenas 13, entre as quais quatro são comentadoras permanentes e nove são esporádicas. Apesar da diferença numérica que existe entre participação feminina e masculina, este é o único fator de aparente

discriminação entre os géneros. Se dividirmos estes profissionais por canais, é possível verificar que a RTP2 é o canal que investe mais na presença de comentadores, com um total de 15 homens e 10 mulheres.

Se analisarmos o tipo de presença que homens e mulheres têm (se é comentador(a) permanente ou esporádico(a)), concluímos que a maior parte são comentadores que participam nos espaços de opinião de forma esporádica. As questões económicas e de visibilidade tornam-se significativas para explicar este fenómeno. Por um lado, os comentadores acabam por ser um “investimento” barato ou mesmo sem qualquer custo para os canais. Por outro lado, o género é uma mais valia para os especialistas que são convidados e que ganham alguma visibilidade com a sua presença nestes dois canais públicos.

Relativamente às áreas de formação, é possível verificar que todos os comentadores têm altos níveis de instrução nas mais variadas áreas do conhecimento com particular destaque para as Ciências Sociais e Humanidades: Direito, Relações Internacionais, Economia, Ciências Políticas e Comunicação ou Jornalismo. Isto cria um painel de comentadores muito VALIOSO e preparado para cobrir qualquer assunto que represente a atualidade noticiosa. Fazendo uma breve comparação entre homens e mulheres, neste aspeto, conseguimos perceber que, aparentemente, não existe nenhuma diferenciação na sua escolha de acordo com a área de formação.

Dos 16 comentadores permanentes que conseguimos identificar ao longo dos três meses em análise, apenas sete são aqueles que têm ou participam numa rubrica, além de também serem convidados a comentar em dias aleatórios. São eles: Ana Isabel Xavier, que tem uma rubrica fixa aos sábados, “Europa”; Filipe Pathé Duarte, que aos domingos faz comentário sobre os assuntos semanais relacionados com geopolítica; João Barroso Sousa, Miguel Poiars Maduro, Pedro Norton e Susana Peralta, que partilham a mesma rubrica, “O Comentário Político da Semana”, sempre em duplas; e, finalmente, Ricardo Jorge Pinto, que teve um espaço de comentário fixo durante o rescaldo das legislativas de 2024.

Quando nos referimos às temáticas que os especialistas vão comentar, é de salientar que não diferem de homem para mulher, já que temos profissionais de ambos os géneros a falar sobre economia ou sobre política, por exemplo. Relativamente ao tempo de comentário que cada um dispõe, também mostra não ser um fator de diferenciação entre o sexo feminino e o masculino, já que todos usufruem mais ou menos dos mesmos minutos, sem grandes oscilações. E, finalmente, tanto homens como mulheres, são provenientes das mais diversas áreas, não sendo um tópico que consubstancia uma preferência no recrutamento.

Apesar de se assinalar um aumento progressivo da presença feminina naqueles que são os principais espaços de opinião dos dois canais públicos analisados, percebemos que ainda não se aproxima do número de homens. A presença masculina continua a ser o dobro da feminina. No início desta investigação, deixámos como hipótese que estes dois canais pudessem estar a fazer um maior investimento na presença feminina de modo a inverter esta realidade, correlacionando com o facto de serem canais públicos, onde a responsabilidade face ao público e a qualquer tipo de discriminação é maior. No entanto, foi possível apurar que esta hipótese não se verificou.

Em investigações futuras poder-se-ia avançar para uma abordagem mais comparativa entre os vários canais, sejam generalistas ou temáticos, de modo a perceber as diferenças existentes na aposta da presença feminina nos espaços de comentário televisivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Z. (2002). *Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos*. Revista da Universidade dos Açores. ARQUIPÉLAGO, HISTÓRIA, 2ª série, VI, pp. 443-469. <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380>

BBC NEWS Brasil (2022, 26 de setembro). *Como jovem com famílias brancas e negra e um festival de música ataçaram guerra por direitos trans*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62966077>

BEAUVOIR, S. (1976). *O 2º Sexo: Os Factos e os Mitos* (1ª ed.). Círculo de Leitores.

CABECINHAS, R., CERQUEIRA, C. & RIBERIO, T. (2009). *Mulheres & Blogosfera: Contributo para o Estudo da Presença Feminina na “Rede”*. Revista ex aequo, nº19, pp. 111-128. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10033/3/Mulheres%26Blogosfera-2009rUM_rdx.pdf

CCPJ – Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (2024, setembro). *Dados Estatísticos*. <https://www.ccpj.pt/media/2011/cp.pdf>

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2017, setembro). *Relatório Sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2016*. <https://cite.gov.pt/documents/14333/137018/Suma%CC%81rio+Executivo+Relato%CC%81rio+2016+Lei+10+2001.pdf/94c10326-76b9-4722-9d96-33604b51ece7>

COSTA D. (2020). *O pensamento liberal utilitarista de John Stuart Mill e o florescimento do feminismo*. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/4648>

EUROPEAN COMMISSION (2016). *Semestre Europeu – Ficha Técnica. As Mulheres no Mercado de Trabalho*. https://commission.europa.eu/document/download/b90d3b1f-870d-461c-9352-fec4bdf7e0cc_pt?filename=european-semester-thematic-factsheet-labour-force-participation-women_pt.pdf

FIGUEIRAS, Rita. (2005). *Os Comentadores e os Media: os autores das colunas de opinião*. (1ª edição). Livros Horizonte.

FIGUEIRAS, R. (2008). *O Comentário Político e a Política do Comentário*. PAULUS editora.

FIGUEIRAS, R. (2011). As Mulheres Comentadoras na Imprensa de Referência Portuguesa. Alceu. *Revista de Comunicação, Cultura e Política*. (22).

FIGUEIRAS, R. (2019). *O efeito Marcelo: o comentário político na televisão*. FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos.

FRIEDAN, B. (1971). *Mística Feminina*. Editora Vozes Limitada. https://catarinhas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf

GALLAGHER, MARGARET (1997). *O Imperialismo de batom e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no final do século XX*, in *As Mulheres e os Media*, de Maria João Silveirinha (2004);

GALLAGHER, MARGARET (2006), *Perspetiva Feminista sobre os Media*, *ex aequo*, 14, 11-34. <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-10/artigo-01-margaret-gallagher.pdf>

GROSSE, E. U. (2001). *Evolution et typologies des genres journalistiques. Essai d'une vue ensemble*. In *Sémen 13, Genres de la presse écrite et analyse des discours*. Paris: Presses Universitaires Franc-Comtoises, pp. 15-36.

ISCTE – MEDIA LAB (2024, março). *Comentário Político nos Media 2023: Análise ao Comentário Político em Televisão, Rádio e Meios Online em Portugal*. https://medialab.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/Comentario_2023_Final_Pub_7Mar2024.pdf

MUÑOZ, J. (2021, 4 de fevereiro). *The Powerful, Complicated Legacy of Betty Friedan's 'The Feminine Mystique'*. Smithsonian Magazine. <https://www.smithsonianmag.com/smithsonian-institution/powerful-complicated-legacy-betty-friedans-feminine-mystique-180976931/>

ROSA S. C. (2024, março 8). *As quatro ondas do feminismo, e o que pode vir a seguir*. THE CONVERSATION. <https://theconversation.com/as-quatro-ondas-do-feminismo-e-o-que-pode-vir-a-seguir-225339>

Seneca Falls and Building a Movement 1776-1890.
<https://www.loc.gov/exhibitions/women-fight-for-the-vote/about-this-exhibition/seneca-falls-and-building-a-movement-1776-1890/>

SILVA, A. S. & PINTO, J. M. (2014). *Metodologia das Ciências Sociais* (16ª ed.). Edições Afrontamento.

SILVEIRINHA, MARIA J. (1997). *O Discurso Feminista e os Estudos dos Media: em Busca da Ligação Necessária*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. <http://bocc.ufp.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>

SOUSA J. P. (2009). *A Discussão sobre a Introdução do Ensino Superior do Jornalismo em Portugal: das Primeiras Menções ao Primeiro Curso de Graduação*. <http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf>

SUBTIL, F. (2000). *As Mulheres Jornalistas*. BOOC – UBI. <https://bocc.ubi.pt/texts/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.html.pdf>

SUBTIL, F. & SILVEIRINHA, M. J. (2017). *Planos de Igualdade de Género nos Media: Para uma (Re)Consideração do Caso Português*. *Media & Jornalismo*, 17(30), 43-61. https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_30_3

TORRES, E. M. (1988). *Géneros del Periodismo de Opinión. Crítica, Comentario, Columna, Editorial*. Ediciones Universidad de Navarra, S.A. EUNSA, Pamplona.

VAN ZONEN, L. (2000). *Broken hearts, broken dreamns? Politicians and their families in popular culture*. in Gallagher Margaret (2006), *Perspetiva Feminista sobre os Media*, ex aequo, 14, 11-34.

VENTURA, I. (2012). *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos Anos 60 e 70* (1ª ed.). Tinta-da-China.

WOLLSTONECRAFT, M. (2016). *Reivindicação dos Direitos da Mulher: edição comentada do clássico feminista*. (1ª ed.). BOITEMPO.

ZIRBEL, Ilze (2021). *Ondas do Feminismo*. Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N.2, p. 10-31.
<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>

ANEXOS

Tabela 1. - Dimensão sociográfica dos(as) comentadores(as) dos espaços de opinião do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2)

Nome	Género	Idade	Presença na Emissão
Ana Catarina Mendes	Feminino	51	Convidada Esporádica
Ana Isabel Xavier	Feminino		Convidada Permanente
Ana Sá Lopes	Feminino	59	Convidada Esporádica
Ana Santos Pinto	Feminino	46	Convidada Esporádica
António José Teixeira	Masculino	63	Convidado Permanente
António Tadeia	Masculino	47	Convidado Permanente
Bernardo Pires de Lima	Masculino	45	Convidado Permanente
Carlos Jalali	Masculino		Convidado Esporádico
Carmo Afonso	Feminino		Convidada Permanente
David Gorgulho	Masculino	42	Convidado Esporádico
David Pontes	Masculino		Convidado Permanente
Domingos de Andrade	Masculino		Convidado Esporádico
Filipe Pathé Duarte	Masculino	44	Convidado Permanente
Filipe Vasconcelos Romão	Masculino		Convidado Permanente
Guilherme Figueiredo	Masculino		Convidado Esporádico
Henrique Burnay	Masculino		Convidado Esporádico
João Barroso Soares	Masculino	74	Convidado Permanente
João Vieira Borges	Masculino	61	Convidado Esporádico
Joaquim Miranda Sarmiento	Masculino	45	Convidado Esporádico
José Luís Carneiro	Masculino	52	Convidado Esporádico
Manuel Carvalho	Masculino	59	Convidado Permanente
Manuel Magalhães e Silva	Masculino	79	Convidado Esporádico
Márcia Rodrigues	Feminino	59	Convidada Esporádica
Maria Castello Branco	Feminino		Convidada Esporádica
Maria Inácia Rezola	Feminino	57	Convidada Esporádica
Miguel Poiares Maduro	Masculino	57	Convidado Permanente
Miguel Santos Carrapatoso	Masculino	34	Convidado Esporádico
Miguel Szymanski	Masculino	58	Convidado Permanente
Natália Carvalho	Feminino		Convidado Esporádica
Paula Teixeira da Cruz	Feminino	64	Convidada Esporádica
Pedro Marinho Falcão	Masculino		Convidado Esporádico
Pedro Norton	Masculino	49	Convidado Permanente
Pedro Sousa Carvalho	Masculino	39	Convidado Esporádico
Ricardo Jorge Pinto	Masculino		Convidado Permanente
Rosália Amorim	Feminino		Convidada Permanente
Sara Antunes Oliveira	Feminino	41	Convidada Esporádica
Susana Peralta	Feminino		Convidada Permanente
Vitalino Canas	Masculino	64	Convidado Esporádico
Vítor Ângelo	Masculino	73	Convidado Esporádico

Área de Formação 1	Áreas de Formação 2
Direito	
Relações Internacionais	Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social
Comunicação Social	
Ciência Política e Relações Internacionais	
Comunicação Social	Não se aplica
Comunicação Social	Não se aplica
Ciência Política	Relações Internacionais
Ciência Política	Não se aplica
Direito	Não se aplica
Ciências da Comunicação	Não se aplica
Jornalismo	História Contemporânea
Ciências da Comunicação	Não se aplica
Filosofia	Ciência Política e Relações Internacionais
Direito	Relações Internacionais
Direito	
Direito	Teoria e Ciência Política
Direito	Não se aplica
Ciências Militares	Ciências Sociais
Finanças	Não se aplica
Relações Internacionais	Ciências Políticas e Administração
Direito	História e Jornalismo
Direito	Não se aplica
Comunicação Social	Estatégia
Ciência Política e Relações Internacionais	Teoria Política
	História
Direito	Não se aplica
Jornalismo	Comunicação e Jornalismo
Economia	Direito e Literaturas Modernas
Direito	
Direito	
Gestão e Ciência Política	Television Management
Economia	Gestão de Riscos e Derivados/Finanças
Comunicação Social	
Relações Internacionais	
Comunicação e Estudos dos Media	
Economia	Não se aplica
Direito	Não se aplica
Sociologia	

Grau Académico	Área de Especialização
Mestrado	Novas Fronteiras do Direito
Doutoramento	Não se aplica
Licenciatura	Não se aplica
Doutoramento	Relações Internacionais
Licenciatura	Não se aplica
Licenciatura	Não se aplica
Mestrado	Não se aplica
Doutoramento	Não se aplica
Licenciatura	Não se aplica
Mestrado	Comunicação nas Organizações
Mestrado	
Licenciatura	Não se aplica
Doutoramento	Geopolítica
Doutoramento	Não se aplica
Mestrado	Ciências Jurídico-Económicas
Mestrado	Política
Licenciatura	Não se aplica
Doutoramento	Estratégias Militares
Doutoramento	Não se aplica
Doutoramento	Estudos Africanos
Licenciatura	Não se aplica
Licenciatura	Advocacia penal e contraordenacional
Mestrado	Não se aplica
Mestrado	
Doutoramento	25 de Abril
Doutoramento	Direito Constitucional e Direito da UE
Mestrado	Não se aplica
	Não se aplica
Licenciatura	
Mestrado	Ciências Jurídico-Empresariais
Mestrado	Não se aplica
Mestrado	Não se aplica
Doutoramento	Jornalismo Político
Licenciatura	Economia e Jornalismo
Licenciatura	Justiça
Doutoramento	Não se aplica
Doutoramento	Não se aplica
Licenciatura	

Atividade Profissional
Deputada à Assembleia da República pelo PS
Secretária de Estado da Defesa Nacional
Jornalista Público
Professora Universitária
Diretor da RTP3 e jornalista
Jornalista
Conselheiro Político do PR
Professor Universitário
Advogada
Presidente Junta de Freguesia de Santo André
Diretor do Público
Jornalista e comentador RTP
Diretor da Research & Analysis da Global Risk Awareness
Professor Universitário
Advogado
Professor Universitário
Editor literário e político
Major-General
Ministro do Estado e das Finanças
Político
Jornalista e comentador RTP
Advogado
Jornalista e comentador RTP
Consultora Política
Investigadora e historiadora
Professor universitário e político
Jornalista
Jornalista
Editora Política Antena 1
Advogada
Advogado
Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian
Diretor Executivo do Jornal ECO
Jornalista
Diretora de Brand, Marketing & Comunnication EY Portugal
Jornalista e Sub-diretora do Observador
Investigadora
Professor universitário e advogado
Analista política internacional

Outras Atividades Profissionais
Advogada
Investigadora, comentadora RTP, Docente
Não se aplica
Comentadora RTP, investigadora
Comentador político, docente
Direitor site bancada.pt, comentador RTP
Colunista e analista política internacional, investigador
Investigador de ciência política
Comentadora RTP, cronista
Especialista natação
Jornalista, Comentador RTP
Comentador RTP, docente, consultor risco geopolítico e segurança
Comentador RTP e Antena 1
Docente
Jornalista, colunista Diário de Notícias e Observador
Especialista em Estratégia Militar e docente
Especialista em Economia e docente
Docente
Docente
EX-consultor da Casa Civil
Enviada RTP nos EUA
Comentadora SIC e convidada RTP
Professora adjunta
Comentador RTP e advogado
Não se aplica
Comentador RTP, escritor, analista político, cronista
Jornalista, repórter parlamentar
Comentadora de Política, docente
Professor Universitário
Analista (banco), docente
Comentador Antena 1 e RTP
Comentador residente de Política Nacional na RTP, docente
Comentadora TSF, RTP1, RTP2 e RTP3 e TVI
Docente, Colaboradora do jornal Público
Não se aplica
Colunista Visão

Cargos
Presidente do Grupo Parlamentar do PS; vice-presidente na XIII Legislatura
Sud-Diretora Geral de Política de Defesa Nacional, Presidente Associação de Auditores dos Cursos Defesa Nacional
Diretora-Adjunta Público, Redatora Principal
Secretária de Estado da Defesa Nacional; Membro do Conselho de Curados da FLAD e do Conselho de Orientação e Estratégia da Agência Espacial Portuguesa
Diretor Diário de Notícias e subdiretor da TSF e Jornal de Notícias, direção SIC
Editor no Público, Chefe Redação no CM e Diretor-Adjunto no Record e O Jogo
Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política
Membro Direção do Clube de Natação do Litoral Alentejano
Editor chefe adjunto e Vice-diretor na Lusa; Diretor Adjunto no Público; foi diretor-adjunto Global Imagens e Diretor da Global Media Play
Diretor-Geral TSF e Diretor-Geral do Jornal de Notícias e o Jogo
Presidente da Câmara de Comércio Portugal
Ex-Bastonário da Ordem dos Advogados; Membro Honorário do Conselho Científico do Instituto Multidisciplinar da Faculdade de Direito da UP
Assessor político, assessor de imprensa da Minsitra da Justiça
Presidente CM de Lisboa, Ministro da Cultura do XXI Governo Constitucional de Portugal, ex-deputado
Cargos de Chefia na Academia Militar
Assessor económico do PR Aníbal e Consultor Técnico de Apoio Orçamental
Ministro da Administração Interna do XIII Governo da República Portuguesa
Diretor Público
Membro do Conselho Superior da Ordem dos Advogados
Pivô RTP2 e Coordenadora Departamento de Informação não diária RTP
Coordenadora secção de investigação de Ciências Humanas (ESCS-IPL) e Conselho Científico
Ministro Adjunto e Ex-Ministro Desenvolvimento Regional de PT
Editor-Adjunto de Política no Observador
Sub-diretora equipa política da Antena 1
Membro do Conselho Geral das Ordem dos Advogados e do Conselho Superior de Magistratura; Vereadora CM de Lisboa e Presidente Assembleia Municipal
Presidente da Comissão Nacional de estágio e Formação da Ordem dos Advogados
CEO do Grupo Impresa e Presidente Comissão Executiva SIC e Imprensa Publishing, Diretor Financeiro Abril Controljornal, Subdiretor SIC Filmes e SIC Notícias

Tabela 2. - Dimensão do comentário dos protagonistas do Telejornal (RTP1) e do Jornal 2 (RTP2)

Nome	Data da Emissão	Espaço Informativo	Duração do Comentário
Ana Catarina Mendes	19/03/2024	Jornal2 RTP2	8min40
Ana Isabel Xavier	03/02/2024	Jornal2 RTP2	4min54
Ana Isabel Xavier	10/02/2024	Jornal2 RTP2	4min49
Ana Isabel Xavier	13/02/2024	Jornal2 RTP2	4min04
Ana Isabel Xavier	17/02/2024	Jornal2 RTP2	4min01
Ana Isabel Xavier	24/02/2024	Jornal2 RTP2	4min30
Ana Isabel Xavier	02/03/2024	Jornal2 RTP2	3min57
Ana Isabel Xavier	09/03/2024	Jornal2 RTP2	4min01
Ana Isabel Xavier	16/03/2024	Jornal2 RTP2	4min00
Ana Isabel Xavier	23/03/2024	Jornal2 RTP2	4min33
Ana Isabel Xavier	30/03/2024	Jornal2 RTP2	4min44
Ana Sá Lopes	21/02/2024	Jornal2 RTP2	4min46
Ana Santos Pinto	18/03/2024	Jornal2 RTP2	5min50
António José Teixeira	05/02/2024	Telejornal RTP1	3min15
António José Teixeira	20/02/2024	Telejornal RTP1	1min42
António José Teixeira	28/02/2024	Telejornal RTP1	3min47
António José Teixeira	07/03/2024	Telejornal RTP1	3min39
António José Teixeira	11/03/2024	Telejornal RTP1	5min21
António José Teixeira	20/03/2024	Telejornal RTP1	3min38
António José Teixeira	10/04/2024	Telejornal RTP1	3min06
António José Teixeira	11/04/2024	Telejornal RTP1	4min40
António Tadeia	28/04/2024	Telejornal RTP1	4min15
Bernardo Pires de Lima	14/04/2024	Telejornal RTP1	4min34
Bernardo Pires de Lima	20/04/2024	Telejornal RTP1	3min37
Carlos Jalali	09/02/2024	Jornal2 RTP2	5min31
Carlos Jalali	20/03/2024	Jornal2 RTP2	5min24
Carmo Afonso	07/02/2024	Jornal2 RTP2	5min33
Carmo Afonso	09/03/2024	Jornal2 RTP2	4min53
Carmo Afonso	30/04/2024	Jornal2 RTP2	7min12
David Gorgulho	17/02/2024	Telejornal RTP1	2min51
David Pontes	02/02/2024	Jornal2 RTP2	5min25
Domingos de Andrade	04/02/2024	Jornal2 RTP2	3min38
Filipe Pathé Duarte	04/02/2024	Jornal2 RTP2	3min38
Filipe Pathé Duarte	11/02/2024	Jornal2 RTP2	4min21
Filipe Pathé Duarte	18/02/2024	Jornal2 RTP2	4min00
Filipe Pathé Duarte	25/02/2024	Jornal2 RTP2	4min48
Filipe Pathé Duarte	14/03/2024	Jornal2 RTP2	3min16
Filipe Pathé Duarte	17/03/2024	Jornal2 RTP2	5min00
Filipe Pathé Duarte	22/03/2024	Jornal2 RTP2	5min10
Filipe Pathé Duarte	24/03/2024	Jornal2 RTP2	4min51
Filipe Pathé Duarte	31/03/2024	Jornal2 RTP2	4min50
Filipe Pathé Duarte	07/04/2024	Jornal2 RTP2	4min56
Filipe Pathé Duarte	14/04/2024	Jornal2 RTP2	4min40
Filipe Pathé Duarte	19/04/2024	Jornal2 RTP2	5min08
Filipe Pathé Duarte	21/04/2024	Jornal2 RTP2	4min50
Filipe Pathé Duarte	28/04/2024	Jornal2 RTP2	4min30
Filipe Vasconcelos Romão	08/02/2024	Jornal2 RTP2	4min38
Guilherme Figueiredo	18/04/2024	Jornal2 RTP2	6min00
Henrique Burney	16/02/2024	Jornal2 RTP2	6min49

João Barroso Soares	11/02/2024	Telejornal RTP1	10min44
João Barroso Soares	25/02/2024	Telejornal RTP1	7min44
João Barroso Soares	12/03/2024	Telejornal RTP1	3min31
João Barroso Soares	24/03/2024	Telejornal RTP1	7min31
João Barroso Soares	07/04/2024	Telejornal RTP1	7min45
João Barroso Soares	21/04/2024	Telejornal RTP1	5min55
João Vieira Borges	15/04/2024	Jornal2 RTP2	6min35
Joaquim Miranda Sarmento	12/04/2024	Telejornal RTP1	9min41
José Luís Carneiro	04/02/2024	Telejornal RTP1	10min47
Manuel Carvalho	12/04/2024	Telejornal RTP1	3min31
Manuel Carvalho	28/04/2024	Telejornal RTP1	4min08
Manuel Carvalho	05/02/2024	Jornal2 RTP2	5min53
Manuel Carvalho	12/02/2024	Jornal2 RTP2	6min35
Manuel Carvalho	19/02/2024	Jornal2 RTP2	6min42
Manuel Carvalho	05/04/2024	Jornal2 RTP2	6min41
Manuel Carvalho	10/04/2024	Jornal2 RTP2	4min25
Manuel Carvalho	17/04/2024	Jornal2 RTP2	6min48
Manuel Magalhães e Silva	14/02/2024	Telejornal RTP1	5min47
Márcia Rodrigues	14/04/2024	Telejornal RTP1	4min21
Maria Castelo Branco	20/02/2024	Jornal2 RTP2	5min21
Maria Inácia Rezola	23/04/2024	Telejornal RTP1	5min55
Miguel Poiares Maduro	11/02/2024	Telejornal RTP1	10min52
Miguel Poiares Maduro	25/02/2024	Telejornal RTP1	5min23
Miguel Poiares Maduro	12/03/2024	Telejornal RTP1	3min31
Miguel Poiares Maduro	24/03/2024	Telejornal RTP1	8min39
Miguel Poiares Maduro	31/03/2024	Telejornal RTP1	9min18
Miguel Poiares Maduro	07/04/2024	Telejornal RTP1	8min20
Miguel Poiares Maduro	28/04/2024	Telejornal RTP1	9min12
Miguel Santos Carrapatoso	22/02/2024	Jornal2 RTP2	4min20
Miguel Szymanski	04/03/2025	Jornal2 RTP2	4min35
Natália Carvalho	08/03/2024	Jornal2 RTP2	6min07
Paula Teixeira da Cruz	16/03/2024	Jornal2 RTP2	9min00
Pedro Marinho Falcão	14/02/2024	Jornal2 RTP2	6min44
Pedro Norton	04/02/2024	Telejornal RTP1	5min42
Pedro Norton	18/02/2024	Telejornal RTP1	5min20
Pedro Norton	03/03/2024	Telejornal RTP1	5min55
Pedro Norton	17/03/2024	Telejornal RTP1	7min21
Pedro Norton	14/04/2024	Telejornal RTP1	5min27
Pedro Norton	21/04/2024	Telejornal RTP1	5min31
Pedro Sousa Carvalho	25/03/2024	Jornal2 RTP2	6min00
Pedro Sousa Carvalho	13/04/2024	Telejornal RTP1	2min55
Ricardo Jorge Pinto	26/02/2024	Jornal2 RTP2	5min21
Ricardo Jorge Pinto	27/02/2024	Jornal2 RTP2	3min47
Ricardo Jorge Pinto	28/02/2024	Jornal2 RTP2	3min47
Ricardo Jorge Pinto	29/02/2024	Jornal2 RTP2	3min49
Ricardo Jorge Pinto	01/03/2024	Jornal2 RTP2	3min49
Ricardo Jorge Pinto	04/03/2024	Jornal2 RTP2	3min32
Ricardo Jorge Pinto	05/03/2024	Jornal2 RTP2	3min58
Ricardo Jorge Pinto	06/03/2024	Jornal2 RTP2	2min15
Ricardo Jorge Pinto	07/03/2024	Jornal2 RTP2	3min09

Ricardo Jorge Pinto	08/03/2024	Jornal2 RTP2	3min33
Ricardo Jorge Pinto	09/03/2024	Jornal2 RTP2	10min24
Ricardo Jorge Pinto	26/03/2024	Jornal2 RTP2	2min51
Ricardo Jorge Pinto	29/03/2024	Jornal2 RTP2	3min30
Rosália Amorim	11/04/2024	Jornal2 RTP2	4min25
Sara Antunes Oliveira	28/03/2024	Jornal2 RTP2	5min21
Susana Peralta	04/02/2024	Telejornal RTP1	7min11
Susana Peralta	18/02/2024	Telejornal RTP1	10min06
Susana Peralta	03/03/2024	Telejornal RTP1	10min03
Susana Peralta	17/03/2024	Telejornal RTP1	8min05
Susana Peralta	25/03/2024	Telejornal RTP1	7min32
Susana Peralta	31/03/2024	Telejornal RTP1	8min48
Susana Peralta	14/04/2024	Telejornal RTP1	7min48
Susana Peralta	28/04/2024	Telejornal RTP1	8min55
Vitalino Canas	06/02/2024	Jornal2 RTP2	5min26
Vítor Ângelo	21/03/2024	Jornal2 RTP2	4min43

Rubrica	Temáticas a Comentar
Não se aplica	Resultados eleitorais
Europa (sábados)	Protesto agricultores e pacote ajuda Ucrânia
Europa (sábados)	Acordo "Schengen Militar"
Não se aplica	NATO e declarações de Trump
Europa (sábados)	Conferência de Segurança em Munich
Europa (sábados)	2 anos Guerra Ucrânia; pacote ajuda Ucrânia
Europa (sábados)	Discurso Putin antes das eleições; ajuda militar Ucrânia
Europa (sábados)	Apresentação estratégia industrial de defesa europeia
Europa (sábados)	Diversos assuntos internacionais
Europa (sábados)	Estado Islâmico e Guerra Médio Oriente
Europa (sábados)	Impacto do atentado na relação com o Ocidente
Não se aplica	Sobre o livro "Na Cabeça de Pedro Nuno"
Não se aplica	Sobre a reeleição de Putin
Não se aplica	Sobre projeção das eleições
Não se aplica	Sobre os debates das legislativas
Não se aplica	Sondagens RTP/Universidade Católica
Não se aplica	Sondagens RTP/Universidade Católica
Não se aplica	Sobre os resultados eleitorais
Não se aplica	Sobre o possível novo PM
Não se aplica	Programa do Governo
Não se aplica	Programa do Governo
Não se aplica	Sobre vitória de André Villas-Boas
Não se aplica	Ataque a Israel
Não se aplica	EUA aprova ajuda à Ucrânia
Não se aplica	Sobre a Crise no PS Açores
Não se aplica	Sobre resultados eleitorais
Não se aplica	Protestos das Forças de Segurança
Não se aplica	Sobre possibilidade de candidatura Passos Coelho a PR
Não se aplica	Exoneração da Santa Casa
Não se aplica	David Ribeiro Campeão Mundial 100m mariposa
Não se aplica	Sobre tomada de posse de Montenegro
Não se aplica	Sobre as projeções nos Açores
Domingos	Ataque retaliação dos EUA no Iraque e na Síria
Domingos	Avanço terrestre Israel a Rafah e substituição das chefias militares na Ucrânia
Domingos	Morte de Navalny
Domingos	Relatório das Nações Unidas
Não se aplica	Sobre as eleições na Rússia
Domingos	Reeleição de Putin pela 5ª vez
Não se aplica	Sobre o ataque à Rússia
Domingos	Ataque à Rússia
Domingos	Vários assuntos geopolítica
Domingos	Guerra Médio Oriente e outros assuntos geopolítica
Domingos	Sobre a ação retaliatória de Israel ao Irão
Não se aplica	Sobre o ataque ao Irão
Domingos	Sobre o Pacote de ajuda à Ucrânia
Domingos	Guerra Médio Oriente e outros assuntos geopolítica
Não se aplica	Sobre a tentativa de Golpe de Estado de Bolsonaro
Não se aplica	Sobre o Caso Influencer
Não se aplica	Morte de Navalny

O Comentário Político da Semana	Sondagens RTP/Universidade Católica
O Comentário Político da Semana	AD aumenta vantagem sobre o PS
Não se aplica	Sobre as campanhas eleitorais
O Comentário Político da Semana	Sobre o Novo Governo
O Comentário Político da Semana	Tomada de Posse do Novo Governo
O Comentário Político da Semana	Descida do IRS
Não se aplica	Análise aos ataques guerras
Não se aplica	Sobre descida do IRS e Novo Governo
Não se aplica	Greve das forças de segurança
Não se aplica	Sobre possível entendimento entre a AD e o PS
Não se aplica	Sobre o Novo Governo
Não se aplica	Legislativas nos Açores
Não se aplica	Alianças pós-eleitorais
Não se aplica	Sobre o debate PS e PSD
Não se aplica	Sobre o novo elenco governativo
Não se aplica	Sobre o Novo Programa do Governo
Não se aplica	Sobre a operação Influencer
Não se aplica	Processo Madeira - saída em Liberdade dos detidos com TIR
Não se aplica	Sobre ataque a Israel
Não se aplica	Sobre as palavras do PS e PSD no dia a seguir ao debate
Não se aplica	Especialista 25 de Abril - fala sobre os momentos mais amrcantes
O Comentário Político da Semana	Sondagens RTP/Universidade Católica
O Comentário Político da Semana	Sondagens RTP/Universidade Católica e 2 anos de Guerra Ucrânia/Rússia
Não se aplica	Sobre campanhas legislativas 2024
O Comentário Político da Semana	Sobre o Novo Governo
O Comentário Político da Semana	Apresentação do Novo Governo e a eleição do novo Presidente Assembleia
O Comentário Político da Semana	Tomada de Posse do Novo Governo
O Comentário Político da Semana	Discursos sobre os 50 Anos de 25 de Abril
Não se aplica	Sobre assuntos relacionados com o futuro Governo
Não se aplica	O ataque que Alemanha planeia contra a Rússia
Não se aplica	Sobre troca de cartas entre Pedro Nuno Santos e Montenegro
Não se aplica	Comentário político: polémica IRS; queda do Governo
Não se aplica	Sobre o Caso da Madeira
O Comentário Político da Semana	Projeções RTP Açores
O Comentário Político da Semana	Sobre os debates das legislativas
O Comentário Político da Semana	Sobre a semana de campanha
O Comentário Político da Semana	Sobre os resultados eleitorais
O Comentário Político da Semana	Resultados eleitorais
O Comentário Político da Semana	Descida do IRS
Não se aplica	Sobre o Excedente Orçamental
Não se aplica	Sobre a polémica da redução de IRS
Diário	Sobre as eleições legislativas
Diário	Sobre as eleições legislativas; discurso de Passos Coelho
Diário	Sobre as eleições legislativas; ataque com tinta a Montenegro
Diário	Sobre as eleições legislativas; sobre desinformação
Diário	Sobre as eleições legislativas; emigração, aborto, milícias armadas
Diário	Sobre as eleições legislativas
Diário	Sobre as eleições legislativas; sobre futuro Montenegro
Diário	Sobre as eleições legislativas
Diário	Sobre as eleições legislativas; sondagens

Diário	Sobre as eleições legislativas; balanço campanha
Diário	Sobre as eleições legislativas; sobre os resultados
Não se aplica	Sobre os resultados eleitorais
Não se aplica	Sobre o caminho de Montenegro
Não se aplica	Sobre o Governo e a Oposição
Não se aplica	Sobre o núcleo da AD
O Comentário Político da Semana	Projeções RTP Açores
O Comentário Político da Semana	Sobre os debates das legislativas
O Comentário Político da Semana	Sobre a semana de campanha
O Comentário Político da Semana	Sobre os resultados eleitorais
Não se aplica	Excedente orçamental
O Comentário Político da Semana	Apresentação do Novo Governo e a eleição do novo Presidente Assembleia
O Comentário Político da Semana	Sobre os resultados eleitorais
O Comentário Político da Semana	Sobre os 50 Anos de 25 de Abril
Não se aplica	Sobre a viabilização do Governo do PSD
Não se aplica	Sobre a Guerra em Gata e projeto resolução dos EUA na ONU

Outras Observações
Não se aplica
Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica

Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica
Não se aplica

Não se aplica
Não se aplica
Comentário
Comentário
Não se aplica
Não se aplica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Comentário
Rubrica
Rubrica
Rubrica
Não se aplica
Não se aplica